

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em Memória Social

DANIELE ACHILLES DUTRA DA ROSA

A MEMÓRIA SOCIAL NA LÓGICA DA REDE: O PROBLEMA DAS BIBLIOTECAS

Rio de Janeiro, 2008.

DANIELE ACHILLES DUTRA DA ROSA

A MEMÓRIA SOCIAL NA LÓGICA DA REDE: O PROBLEMA DAS BIBLIOTECAS

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Profa. Dra. Josaida Gondar.

Rio de Janeiro, 2008.

R788m

Rosa , Daniele Achilles Dutra da

A memória social na lógica da rede: o problema das bibliotecas / Daniele Achilles Dutra da Rosa, 2008.

110 f.

Orientador: Jô Gondar.
Dissertação (Mestrado em Memória Social) –
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

1. Memória social. 2. Bibliotecas . 3. Sociedade disciplinar. 4. Sociedade de controle. I. Gondar, Jô. II. Título.

CDD

DANIELE ACHILLES DUTRA DA ROSA

A memória social na lógica da rede: o problema das bibliotecas

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Profa. Dra. Luiz Solon Gonçalves Gallotti ECO/UFRJ

Profa. Dra. Vera Lúcia Doyle Dodebei PPGMS/UNIRIO

Profa. Dra. Josaida Gondar (orientadora) PPGMS/UNIRIO

Aprovado em:

“Divertir os outros é um dos modos mais emocionantes de existir”.

Clarice Lispector

Dedico este trabalho ao meu irmão Heitor Achilles que sempre de bom humor, sabedoria, e inteligência me ajudou.

AGRADECIMENTOS

À Deus, fonte e doação de todos os dons necessários a minha caminhada.

À professora Jô Gondar pela orientação, confiança, tempo, paciência, inteligência e por permitir que eu me tornasse uma bibliotecária mais questionadora.

Aos meus pais por me conceberem.

Ao meu namorado Maycon Alves, especial gratidão pelo inabalável amor, pela paciência, pela presença constante e pelo apoio.

Aos meus amigos Ana Beatriz, pelos desabafos, Durval Vieira, pelas conversas, apoio e pelo seu inglês, Orlando Sandino, por ser o maior ouvinte das minhas dúvidas, Wanessa Canellas, por sempre me ajudar e por ser uma pessoa que admiro, as minhas amigas Letícia Braga e Priscila Pacheco pelas horas de descontração e por estarem comigo nos momentos difíceis e serenos.

“Não se preocupe em entender.
Viver ultrapassa todo o entendimento”.

Clarice Lispector

RESUMO

Investiga como a biblioteca, instituição-memória por excelência, funciona diante do predomínio de uma nova lógica - a da rede. Apresenta os modos distintos de conceber a memória social. Discute as relações de poder que circulam na sociedade disciplinar e de controle. Apresenta um breve histórico das bibliotecas, enfatizando sempre os interesses políticos que influenciaram o desenvolvimento das atividades biblioteconômicas. Destaca algumas destas atividades biblioteconômicas - bibliografia, classificação, catalogação e indexação - constituídas a partir de cânones disciplinares. Analisa a lógica que estaria regendo a prática de indexação e a coteja com a lógica que move as novas práticas de descrição de assuntos na rede, em especial, a folksonomia, praticada pela biblioteca 2.0 encontrada em ambientes 2.0.

Palavras-chave: Memória Social – Bibliotecas – Sociedade Disciplinar – Sociedade de Controle – Indexação - Folksonomia

ABSTRACT

It investigates how the library, memory-institution par excellence, works ahead of the predominance of a new logic - the net. It presents the distinct ways to conceive the social memory. It argues with the relations who circulates at the disciplinary and controller society. It also approaches a brief historical of the libraries, emphasizing the politicians interests that had influenced the development of the librarian activities. It detaches some librarian activities - bibliography, classification, cataloguing and indexing – that consist in rules to the discipline. It analyzes the logic about the practices of indexing and also analyzes the logic that moves the practice of subjects description in the net, in special, the folksonomy, practiced at library 2,0 found in environments 2.0.

Key Words: Social memory – Libraries – Disciplinary Society – Controller Society – Indexation – Folksonomy.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	01
2	A MEMÓRIA SOCIAL	06
3	A MEMÓRIA SOCIAL E AS RELAÇÕES DE PODER	19
3.1	A SOCIEDADE DISCIPLINAR	19
3.2	A SOCIEDADE DE CONTROLE	28
3.3	A LÓGICA DA REDE	35
4	BIBLIOTECAS	42
4.1	BREVE HISTÓRICO	43
4.2	AS ATIVIDADES BIBLIOTECONÔMICAS E AS NORMAS DISCIPLINARES	49
4.3	UMA NOVA ESTRUTURA: A CLASSIFICAÇÃO FACETADA	61
4.4	A INDEXAÇÃO	66
4.5	A WEB 2.0 E A BIBLIOTECA 2.0	73
4.6	FOLKSONOMIA	77
5	CONCLUSÃO	84
	REFERÊNCIAS	93
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	98

1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal desse trabalho é o de investigar como a biblioteca, instituição-memória por excelência, funciona diante do predomínio de uma nova lógica – a da rede. Entende-se por lógica da rede um modo de funcionamento imanente, sem centro definido e sem fronteiras, exercendo-se horizontalmente como espaço de interação comunicativa, mas também como um modo de articulação político e informacional que serve às sociedades contemporâneas. Pretende-se também abordar as relações entre memória social e mecanismos de poder analisando as transformações sofridas pela biblioteca na passagem da sociedade disciplinar – na qual vigorava uma lógica arborescente – para a sociedade de controle – na qual vigora uma lógica rizomática, ou em termos mais específicos, a lógica da rede.

Duas idéias norteiam esta pesquisa: a primeira é a de que a memória é não só um instrumento, mas também uma produção do poder, conforme nos permite pensar Michel Foucault. A segunda é que a biblioteca passou por muitas transformações, chegando à modernidade como uma instituição-memória que, como tal, possui um caráter disciplinar, no sentido que lhe é atribuído por esse mesmo filósofo.

É a partir dessas duas idéias que o problema será desenvolvido. Hoje a sociedade apresenta-se marcada pelo desmoronamento dos muros que delimitavam as instituições disciplinares, pela fluidez, velocidade e obsolescência das informações. A humanidade sente o peso ou o alívio de presenciar a queda das hierarquias e a extensão da horizontalidade. Uma outra lógica horizontal, rizomática se configura neste momento, em substituição à lógica disciplinar e arborescente que

vigorava até então: como nela se poderia pensar a questão da organização e do controle da informação nas bibliotecas?

Para fornecer maior consistência a essa questão, o trabalho inicia-se por uma revisão da literatura do campo da memória social, na qual serão destacados autores clássicos como Maurice Halbwachs, o criador da memória social enquanto disciplina. Halbwachs direcionou suas análises sobre a memória social enfocando-a enquanto uma reconstrução do passado a partir de quadros sociais presentes em um grupo. Em consonância com Halbwachs, Pierre Nora faz uma contraposição entre dois conceitos: o de memória e o de história, enfatizando a dimensão da memória enquanto experiência vivida e lamentando que esta esteja se perdendo na sociedade atual. Contudo, estes autores valorizam a permanência de um passado, enquanto que nossa questão diz respeito à relação da memória com o tempo por vir. Nesse sentido, o trabalho se aproximará mais de autores contemporâneos como Andréas Huyssen, para quem a memória deve ser pensada como uma articulação entre o passado, o presente e o futuro, não se descartando, neste caso, suas possibilidades criativas.

Como a questão a ser tratada incide sobre os mecanismos de poder que produzem diferentes tipos de memória, assim como configurações sócio-políticas diversas, serão destacadas as idéias de Michel Foucault, a partir das quais foram delineadas as duas idéias que norteiam o desenvolvimento da pergunta que guia esta dissertação. Serão utilizados também outros pensadores interessados no campo social político que seguem as indicações foucaultianas a respeito das relações de poder, como Gilles Deleuze, Antonio Negri e Michael Hardt. Quanto à

área da biblioteconomia, recorre-se-á a autores mais voltados para o campo da documentação e informação, capazes de oferecer contornos mais condizentes com o problema apresentado. Dentre eles destacam-se: Mervil Dewey, Ranganathan, Pinheiro, Campello, Battles, Castells, Piedade, P. Otlet, entre outros.

A partir desse viés são apresentados os mecanismos de poder preponderantes em dois tipos de sociedades: a sociedade disciplinar e a de controle. A primeira foi teorizada por Michel Foucault e a segunda abordada por Gilles Deleuze, Antonio Negri e Michael Hardt a partir das análises foucaultianas relativas ao poder. O intuito de apresentar as duas configurações sociais é o de explicitar a mudança organizacional das mesmas, ou seja, a passagem de uma estrutura hierárquica, arborescente para uma estrutura horizontal, rizomática.

O estudo de tais configurações sociais permite observar que durante a sociedade disciplinar (início do século XVII até a primeira metade do século XX) a biblioteconomia desenvolveu muitas práticas que regem a organização e o controle das informações nas bibliotecas atuais, em especial a indexação, um de seus principais serviços. Essas práticas biblioteconômicas funcionavam segundo uma lógica disciplinar arborescente, própria desse período. Desse modo, a biblioteca, tal como é hoje conhecida, pode ser pensada como uma instituição-memória de caráter disciplinar.

Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, surge um outro modo de ordenação social, denominado por Foucault de sociedade de regulamentação e, mais tarde, enfatizado por Deleuze como sociedade de controle. Essa nova configuração social é marcada pela horizontalidade, sendo seu modo de

funcionamento ilustrado pela figura do rizoma. Mas como a biblioteca, enquanto instituição-memória de caráter disciplinar, funciona nessa nova configuração social?

Responder plenamente à questão, analisando a biblioteca em seus múltiplos aspectos, excederia o escopo do presente trabalho. O que aqui será buscado é uma resposta parcial, através da análise de uma das atividades da biblioteca – a indexação que, diante do processo de automação das bibliotecas, continuou sendo praticada – comparando-a com as novas formas de gestão da informação exercidas no ciberespaço.

Este trabalho apresenta-se em três capítulos. O primeiro aborda modos distintos de conceber a memória social que são relevantes para a questão dessa dissertação; o segundo capítulo discute as relações de poder que circulam na sociedade disciplinar e de controle; enquanto que o terceiro apresenta um breve histórico das bibliotecas, enfatizando sempre os interesses políticos que influenciam o desenvolvimento das atividades biblioteconômicas. Este capítulo discorre também sobre algumas atividades biblioteconômicas – bibliografias, catalogação, classificação e indexação - constituídas a partir de cânones disciplinares. Finalmente, analisa a lógica que estaria regendo a prática de indexação e a coteja com a lógica que move as novas práticas de descrição de assuntos na rede, em especial a folksonomia, praticada na biblioteca 2.0 e encontrada em ambientes 2.0.

2 A MEMÓRIA SOCIAL

A partir do século XX a memória social tornou-se um centro de preocupações de vários pensadores e objeto de debates entre diversos teóricos. De fato, ela é um tema privilegiado de discussão no campo das ciências sociais e humanas, desde o seu surgimento como disciplina, com Maurice Halbwachs. Halbwachs era discípulo

de Émile Durkheim, pensador da escola sociológica francesa que abordou a questão da memória em seu trabalho *Representações Individuais e Representações Coletivas*. Halbwachs direcionou suas análises enfocando-as enquanto reconstrução do passado a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças, mesmo as individuais, são constituídas a partir de um grupo.

É deste modo que a memória garante, para Halbwachs, a coesão social: os laços com o grupo se mantêm mesmo quando os indivíduos se encontram sós, e é no grupo que eles se pautam ao recorrerem às suas lembranças. Assim, a memória individual, estabelecida a partir das referências e lembranças próprias do grupo, refere-se a “um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Ponto de vista este que deve sempre ser analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios¹.

Desvinculando memória e fato e apontando o quanto à memória é objeto de construção, ao invés de apresentar-se como mera reprodução da realidade, Halbwachs aponta que as lembranças podem, a partir da vivência em grupo, ser reconstruídas ou simuladas. O autor também define a memória coletiva contrapondo-a à memória histórica. Enquanto a memória coletiva apóia-se sobre o “passado vivido” e sobre a continuidade temporal, a memória histórica seria descontínua, apoiando-se sobre um passado construído enquanto objeto de ciência. Assim, a memória coletiva não se apoiaria em fórmulas ou leis históricas, mas em determinados quadros que se delineiam a partir da própria experiência do passado:

Os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas, eles representam correntes de pensamento e de

1

Cf HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

experiência onde reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo. (HALBWACHS, 2004, p.71).

Uma contraposição entre memória e história foi também enfatizada por um outro pensador clássico do campo da memória social: Pierre Nora. Em seu artigo *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*, Nora faz uma reflexão sobre as diferenças entre os dois conceitos. Halbwachs analisa essa contraposição entre memória e história para valorizar a dimensão da memória enquanto experiência vivida, lamentando que esta esteja se perdendo na sociedade atual. Nora destaca a questão da mundialização como um processo de queda de fronteiras e de identidades, solidário a uma alteração do tempo; esta alteração faz com que os fenômenos se tornem cada vez mais rápidos e desconectados de uma memória verdadeira. Ele a explica nos seguintes termos:

Aceleração: o que o fenômeno acaba de nos revelar bruscamente é toda a distância entre a memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representaram o modelo e guardaram consigo o segredo - e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança. Entre uma memória integrada, ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e toda poderosa, espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado que reconduz eternamente a herança, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e do mito - e a nossa, que só é história, vestígio, trilha. Distância que só se aprofundou à medida em que os homens foram reconhecido como seu um poder e mesmo um dever de mudança, sobretudo a partir dos tempos modernos. Distância que chega, hoje, num ponto convulsivo. (NORA, 1993, p.8)

A explicação que Nora articula à expressão “aceleração da história” contrapõe uma memória verdadeira, que teríamos perdido, à história à qual estaríamos condenados justamente por essa perda. A construção teórica de Nora toma como

ponto de partida, portanto, uma dimensão para sempre perdida, pura, intocada e mantida em segredo: uma memória espontânea e verdadeira. Deste modo, a memória ganha um estatuto idealizado, a partir do qual é pensada e contraposta a memória histórica contemporânea que, comparada à memória autêntica, é considerada deficitária: nossa memória histórica não passaria de um efeito da devastação e desintegração que a rapidez atual promove.

Todavia, Nora acredita que essa perda pode ser compensada, de algum modo, e nesse sentido lança uma nova noção: “os lugares de memória”. Os lugares de memória expressam o anseio de retorno a ritos que definem os grupos, a vontade de auto-reconhecimento e a busca por uma memória espontânea e verdadeira que teria sido perdida, sendo os lugares de memória os seus resquícios. Ligada inexoravelmente à idéia de perda, a concepção de Nora tem sido criticada por alguns autores contemporâneos, entre os quais Andréas Huyssen, que situa este “discurso de perda” como um “argumento conservador” que busca compensar o que foi perdido, ao invés de aceitar o deslocamento fundamental nas estruturas de sentimento, experiência e percepção, na medida em que caracterizam o nosso presente. De fato, Nora nos sugere um movimento compensatório ao explicar o que entende por lugares de memória:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreria. São bastões sobre os quais ela se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de constituí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as

lembranças que elas envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva.(NORA, 1993, p.13)

Segundo Nora, o homem vive diante de uma tensão entre a intimidade da tradição vivida e o abandono por parte dos grupos desfeitos. Esses dois momentos de tensão é que a história tenta guardar e preservar. Dois movimentos que realizam essa produção dos lugares de memória:

[...] de um lado um movimento puramente historiográfico, o momento de um retorno reflexivo da história sobre si mesma; de outro lado, um movimento propriamente histórico, o fim de uma tradição de memória, o tempo dos lugares, é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída. Aprofundamento decisivo do trabalho da história, por um lado, emergência de uma herança consolidada, por outro. (NORA, 1993, p.12)

Dessa forma pode-se afirmar que o lugar de memória é a história que ainda possui restos de memória. Não é somente memória porque a ruptura com o tempo foi reconhecida. Por isso os fenômenos passam a ser registrados e arquivados:

Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processo verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade,. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (NORA, 1993, p.13)

Vale destacar que Nora apresenta um raciocínio dialético, baseado na oposição entre memória e história. Nesta construção dialética, a tese seria a memória, a história apareceria como antítese e a partir daí se apresentaria uma síntese, constituída pelos lugares de memória. Por esse motivo, a oposição entre memória e história, para Nora, não cessa de ser enfatizada:

A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo(NORA, 1993,p.9)

A construção dialética é explicitamente colocada mais adiante, a respeito da lembrança e o esquecimento. Para Nora, memória é:

é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.(NORA, 1993, p.9)

Desse modo, pode-se dizer que Nora pensa a memória social - sustentada na noção de lugares de memória - em sua possibilidade de compensar o passado que se perde. Todavia, alguns pensadores contemporâneos do campo, tais como Andréas Huyssen, enveredam neste campo por um outro caminho.

Andréas Huyssen discute a questão do nascimento de uma cultura e de uma possível política de memória em expansão global que teria ocorrido a partir da queda do muro de Berlim, do fim das ditaduras latino-americanas e do *apartheid* na África do Sul. Em *Seduzidos pela memória*, Huyssen observa a importância que o imaginário urbano e as memórias traumáticas possuem nas novas configurações do espaço contemporâneo. A partir da leitura desses fenômenos da cultura pode-se explorar a construção dos cenários urbanos e virtuais e, com isso, tentar perceber quais são os sentidos dessa memória histórica, para além do sentido deficitário que lhe atribuiu Pierre Nora. Em seus estudos, Huyssen questiona o lugar que ocupa essa memória nas experiências de espaço e tempo e a influência, ultrapassando o legado da modernidade, que a globalização exerce sobre o espaço público contemporâneo.

Se na modernidade os homens se preocupavam em assegurar o futuro, atualmente a preocupação volta-se para o passado, a tal ponto que se pode reconhecer, nas sociedades midiáticas, o que talvez se possa denominar como “epidemia da memória”.

Huyssen toma como centro de sua discussão a possibilidade da sociedade necessitar de uma ancoragem temporal, numa época em que com a revolução da informação e do espaço-tempo, a relação entre o passado, presente e futuro está sendo transformada². Huyssen procura conhecer o foco contemporâneo desse privilégio do passado, mas destaca, em relação à memória, outras formas de temporalidade, mostrando como certas práticas da memória vão questionar o futuro

global. O autor afirma:

Se nós estamos, de fato, sofrendo de um excesso de memória, devemos fazer um esforço para discutir os passados usáveis dos passados dispensáveis. Precisamos de discriminação e rememoração produtiva e, ademais, a cultura de massa e a mídia virtual não são necessariamente incompatíveis com este objetivo. Mesmo que a amnésia seja um subproduto do ciberespaço, precisamos não permitir que o medo e o esquecimento nos dominem. Aí, então, talvez, seja a hora de lembrar o futuro, em vez de apenas nos preocuparmos com o futuro da memória. (HUYSSSEN, 2000, p.37)

Huysen critica os argumentos de Nora considerando-os próprios de um discurso de perda. Considera que a idéia de que criarmos lugares de memória porque perdemos os meios de memória é compensatória e não, de fato, criativa. São essas possibilidades realmente criativas que Huysen deseja explorar, e para isso preocupa-se mais com o futuro do que com o passado, a perda das tradições, e a memória “autêntica”. Daí sua crítica ao medo do esquecimento e à hipertrofia da memória na contemporaneidade. Ele acredita que a cultura de massa e a mídia virtual não precisam ser consideradas negativamente, e podem servir aos propósitos de construção de uma memória produtiva. Não acreditando, como Nora, numa “memória autêntica”, e considerando que a hipertrofia da memória estaria baseada justamente neste tipo de crença, Huysen adverte que o importante é discriminar os passados que podem ajudar a construir o futuro dos passados dispensáveis, sem que se precise lamentar, nostálgicamente, a perda das tradições.

Nesta dissertação tampouco se pretende defender uma posição nostálgica, lamentando a perda de um passado ou de uma forma de memória que não existe

² Cf HUYSSSEN, Andréas. **Seduzidos pela memória**. Tradução Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

mais. Por esse motivo, o trabalho se afastará de qualquer pressuposto teórico pautado em uma perspectiva como a de Pierre Nora. Não será utilizada tampouco a perspectiva de Halbwachs, pelo fato de nela se encontrar ausente uma dimensão considerada fundamental nesta dissertação: a dimensão do poder. De fato, Halbwachs pensa uma memória integrada, sem conflitos. É fato que ele reconhece que as memórias podem divergir entre si na mesma medida em que existem diversos grupos numa sociedade. Entretanto, segundo Halbwachs, esses grupos se integram para constituir um todo social harmônico, sem que sejam enfatizadas as disputas e as lutas, tanto entre grupos quanto no interior de cada um deles.

O foco do presente trabalho será outro: as mudanças produzidas pelo poder no campo da memória. Coube a Michel Foucault pensar a memória como um instrumento de poder e é desse modo que o conceito de memória será trabalhado nesta dissertação. Não é nova a idéia de que todo poder político pretende controlar a memória, selecionando o que deve ser lembrado e o que deve se esquecer. A novidade trazida por Foucault é mais radical: ele pensa que o poder não apenas seleciona e gerencia as lembranças e documentos já existentes, mas é responsável pela própria fabricação dessas lembranças e documentos³.

Para Foucault, o poder é produtivo e o que o poder produz é, fundamentalmente, subjetividade. Por subjetividade entende-se: modos de olhar, de querer, de agir, de lembrar e de esquecer. Nesse caso, ainda que Foucault não se dedique explicitamente ao tema da memória social, pode-se pensar que a construção da memória se encontra necessariamente subentendida na expressão

³ Cf FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

“produção de subjetividade”, largamente utilizada por este filósofo⁴.

Foucault enfatiza que o poder se exerce e se transforma a partir de mecanismos específicos. Em diferentes momentos históricos há a predominância de um ou outro mecanismo, e a maneira pela qual cada um deles se exerce irá configurar uma modalidade de memória. Em outros termos: há uma diversidade de memórias que são produzidas por diferentes mecanismos de poder. Isso significa dizer que os indivíduos e grupos que vivem num determinado momento histórico e político possuem modos próprios de ver, agir, lembrar e esquecer que são propagados pelo campo social e transmitidos através das gerações. Em alguns momentos históricos, estes modos de viver constituem o que pode ser chamado de identidade; em outros momentos, as maneiras de viver desses indivíduos e grupos se ligam a práticas que não definem uma identidade, mas apenas um lugar social. De qualquer maneira, são essas formas de viver e de construir a própria vida que estão, a partir de Foucault, sendo chamados de memória. E pode se dizer que a relação com o conhecimento faz parte dessa construção de modos de vida.

Os mecanismos de poder que se pretende abordar são dois: a disciplina (mecanismo que vigorou segundo Foucault, nas sociedades modernas, entre os séculos XVII e XX) e o controle – mecanismo desenvolvido por Gilles Deleuze a partir das idéias de Foucault, que estaria vigorando a partir da segunda metade do século XX, e cuja lógica de funcionamento coincide com aquela que se pretende caracterizar como própria da contemporaneidade – a lógica da rede.

Esses mecanismos de poder serão desenvolvidos no terceiro capítulo dessa

⁴ Cf FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel**

dissertação; mas pode-se desde já estabelecer algumas marcações sobre a configuração sócio-política que delinea os modos de viver contemporâneos.

Vive-se num momento em que o mecanismo de poder preponderante é o controle. O dispositivo de controle começa a suceder o dispositivo disciplinar, mais precisamente após a segunda metade do século XX. É nesse período que se pode observar uma modificação da configuração social vigente, destacando-se um arranjo social marcado por uma revolução tecnológica. As novas tecnologias vão servir a uma nova configuração do espaço territorial e de circulação promovida pelo capitalismo, a globalização. A globalização é uma configuração social, política e econômica que, ao funcionar segundo um modelo neo-liberal, torna-se submetida ao mercado. O pensador italiano Antonio Negri⁵ defende que esta articulação entre globalização e mercado individual surge como a nova realidade sócio-política do mundo, realidade que passa a ser definida por uma forma de organização diferente da hierarquia vertical ou das estruturas de poder “arborizadas”. Para Negri, esta nova dominação, que ele batiza de “Império”, é constituída por redes assimétricas, e as relações de poder se dão mais por via cultural e econômica do que pelo uso coercitivo de força.

A globalização implica na eliminação das demarcações bem definidas, ou seja, na “quebra das fronteiras”, juntamente com a aceleração das formas de experimentação do tempo. Este novo cenário da produção de subjetividade no capitalismo contemporâneo apresenta como característica o estabelecimento de novas coordenadas nas relações espaço-temporais, criando uma superfície lisa

Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução Vera

(vetorial) ao invés de estriada (métrica), possibilitando a expansão ilimitada do capital que vai, sem dúvida, afetar os modos de existência.

As tecnologias e a mídia possuem uma função imprescindível nessa nova ordem social. Elas irão se incumbir de modelar o padrão dos corpos que se devem adquirir; elas definirão o que se deve ser, sentir, falar, lembrar e esquecer. Em outros termos: elas produzirão uma memória.

Atualmente, o poder se exerce na produção padronizada da subjetividade; é o modo pelo qual o capitalismo globalizado busca se espriar e se perpetuar. Os avanços tecnológicos contribuem para a “atuação” desse poder que submete o corpo a forças coletivas de controle social. Na esteira de Foucault, Félix Guattari afirma que “as forças sociais administram o capitalismo de hoje. Elas entendem que a produção de subjetividade talvez seja mais importante do qualquer outro tipo de produção” (GUATTARI, 2005, p.33). Guattari também coloca que “existem diversas máquinas de produção de subjetividade. Nos sistemas tradicionais, a subjetividade é produzida por máquinas territorializadas, enquanto que no sistema capitalístico, no qual esta dissertação se baseia, a produção de subjetividade é industrial e se dá em escala internacional”⁶. O teórico aponta que a subjetividade produzida pelo sistema capitalístico gera processos padronizados e não singulares. As subjetividades assim padronizadas são homogeneizadas e assujeitadas.

Todavia, esse assujeitamento pode também não ocorrer. O que acontece é que o poder impõe códigos de assujeitamento ao sujeito, isto é, o poder induz à

Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249.

⁵ Cf HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

⁶ Cf GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 7. ed. rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p.33

produção de determinadas subjetividades. O sujeito poderá modelar-se segundo as subjetividades esperadas ou fazer uma deriva, produzindo assim novas formas de subjetivação, o que se pode chamar de resistência.

Neste capítulo foi apresentada a concepção de memória social que iremos trabalhar nesta dissertação: parte-se de uma memória como produção do poder. Com base nesta concepção, o próximo capítulo apresentará as relações de poder que circulam em dois tipos de sociedade: a sociedade disciplinar e a sociedade de controle. Essa relação da memória com as configurações sociais é imprescindível para este trabalho, uma vez que o tema do poder permeia a todo instante a questão central apresentada nessa dissertação.

3 A MEMÓRIA SOCIAL E AS RELAÇÕES DE PODER

3.1 A SOCIEDADE DISCIPLINAR

Se a memória é uma produção do poder, é sob formas diversas que ela pode ser produzida em diferentes momentos, já que os mecanismos pelos quais o poder

se exerce, produzindo relações, variam ao longo da história. Como foi dito, a maneira pela qual cada mecanismo de poder se exerce irá configurar uma determinada ordem social, no seio da qual os indivíduos e grupos construirão seus modos próprios de ver, agir, lembrar e esquecer. O objetivo deste capítulo será o de apresentar duas possibilidades de ordem social que estabelecem modos de vida, de memória e de relação com o conhecimento.

A primeira configuração social abordada será a sociedade disciplinar, assim denominada por Michel Foucault, abrangendo o período que compreende o século XVII até a segunda metade do século XX. O filósofo faz análises relativas ao poder e se preocupa em desmembrar as formas de sujeição da sociedade disciplinar. Alguns filósofos como Deleuze e Guattari, Negri e Hardt partem desta linha foucaultiana, mas trabalham com as formas de sujeição que se instauram a partir do século XX, ou seja, começam a trabalhar com os mecanismos de poder instaurados nas sociedades contemporâneas, questão que se faz presente nesse trabalho. Assim como as mudanças ocorridas no século XVII provocaram uma série de alterações nas relações de poder, possibilitando o surgimento da disciplina, outras mudanças, durante o século XX, proporcionando a passagem da disciplina para um outro mecanismo de poder, o controle.

Foucault rompeu com o modo como tradicionalmente se pensava, principalmente no que diz respeito à tradição marxista. Para realizar esta ruptura, o filósofo adverte que é preciso escapar de quatro formas de análise ao poder: a apropriação do poder (o poder é algo que alguns possuem); a localização do poder (o poder se adequa às estruturas políticas dominantes); a subordinação (o poder

está subordinado a um modo de produção); e ao nível do conhecimento (o poder pode produzir efeitos ideológicos). Indo mais além, Foucault (1979a, p. 46-48) afirma que “não se detém o poder, porque ele se exerce em toda malha do tecido social. Isso ocorre porque o poder circula e se exerce através de instituições sociais como a família, a fábrica, o hospital, a escola, etc”. A biblioteca é uma dessas instituições, pois para Pinheiro (2005, p. 16): “Uma biblioteca é uma instituição social. Como instituição social, a biblioteca deve servir aos propósitos sociais”.

Por haver tal circulação, o poder jamais é controlado por um determinado indivíduo ou grupo. Entretanto, nas sociedades disciplinares o poder é mediado pelas instituições. Em cada uma das instituições disciplinares, aí incluindo-se a biblioteca, o poder circula e se exerce, participando de um jogo de pequenas partidas. Isso significa dizer que o poder se exerce através de relações e estratégias, entre as quais pode ser colocada a relação com o conhecimento e os modos de organizá-lo.

Ao mencionar o tema da localização do poder, Foucault o descreve como algo que não se localiza no aparelho do Estado, uma vez que o Estado é uma forma concentrada, ou melhor, um instrumento de um sistema de poderes. Para ser mais enfático, o filósofo afirma que nem o controle e muito menos a destruição do Estado implica na transformação ou no desaparecimento do poder⁷.

Uma outra possibilidade de análise da questão do poder diz respeito aos modos de organização político-sociais em diferentes momentos da história: sociedades de soberania, sociedades disciplinares e sociedades de regulamentação. Esse

⁷ Cf FOUCAULT, Michel. O poder e a norma. In:____. **Psicanálise, poder e desejo**. Rio de Janeiro: Chaim Samuel Katz, 1979b. p. 46-54. (Coleção IBRAPSI I).

trabalho detém-se apenas nas sociedades disciplinares e de regulamentação, já que as sociedades de soberania, anteriores ao século XVII, não participam do problema colocado nesta dissertação.

As sociedades disciplinares surgiram no início do século XVII, rompendo com as estruturas da soberania. As sociedades de soberania se constituíram sob a forma de uma pirâmide muito bem estruturada, cujo ápice era ocupado pelo soberano. Já o sistema disciplinar caracteriza a sociedade dotada de aparelhos (*instituições*) cuja forma é o seqüestro (*definição do espaço que o indivíduo ocupa*), sua finalidade é a constituição de uma força-trabalho e seu instrumento é a aquisição de hábitos ou disciplina. Para Foucault:

[...] a disciplina é a modalidade que implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais do que sobre os seus resultados e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos.(FOUCAULT, M., 1997a, p.118)

Estes aparelhos visavam implantar a disciplina, a fim de determinar a aquisição de comportamentos. Assim, a disciplina consiste na produção de um corpo social repleto de hábitos ou, em outras palavras, na produção de corpos dóceis. De modo mais específico: o poder disciplinar age sobre o corpo útil, inteligível e passível de uma submissão, o que caracteriza os corpos dóceis (FOUCAULT, 1987, p. 117-126).

É a partir de métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, como também a possível sujeição constante de suas forças que a relação docilidade-utilidade é imposta. Assim, o poder disciplinar implanta o direito articulado à individualização.

Na verdade, a disciplina teria o intuito de não só aumentar as habilidades do corpo, mas de torná-los tão obedientes quanto úteis. Estabelece-se no corpo um elo produtivo que transita entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. Cria-se, assim, uma anatomia política constituída de uma série de técnicas minuciosas essenciais, a "Microfísica do poder". Como o próprio Foucault (1987, p. 120) afirma: "a disciplina é uma anatomia política do detalhe".

É a partir dos detalhes minuciosos dos “regulamentos” que o controle é exercido nas instituições disciplinares. O primeiro passo desse controle é realizado a partir da distribuição espacial do indivíduo – cada um em seu lugar. Para isso, é importante que os corpos sejam classificados, o que individualiza e cria um espaço hierarquizado. Daí a classificação ser considerada por Foucault como uma prática a serviço da disciplina: a cada indivíduo corresponderá uma identidade determinada. Assim, o espaço das disciplinas se faz sempre individual e identitário. É no bojo dessa individualização que a disciplina transforma a multiplicidade desordenada em multiplicidade organizada. Trata-se de organizar o múltiplo, a fim de se extrair suas forças, impondo-lhe a ordem (FOUCAULT, 1987, p. 116-121).

Pode-se pensar que a introdução da disciplina na sociedade ocorreu diante da passagem de uma forma de dominação à outra, momento em que a economia do poder começa a perceber que é mais rentável e eficaz vigiar do que punir. Assim, a sociedade disciplinar começa a se projetar no interior das instituições sociais que, por sua vez, desenvolvem mecanismos de controle interno, através da constante vigilância. (FOUCAULT, 1987, p.129)

Foucault ilustra a vigilância através do modelo panóptico idealizado a partir do fim do século XVII. Esse modelo é descrito utilizando o exemplo de Bentham e sugere uma construção própria para a vigilância. Na obra *Vigiar e Punir*, Foucault descreve o panóptico de Bentham: numa periferia é feita uma construção em anel, enquanto que no centro existe uma torre, vazada por grandes janelas que podem ser abertas para a parte interna do anel. Essa construção é dividida em celas, com duas janelas, uma para o interior (torre) e outra para o exterior (para permitir a luminosidade). O vigia tem seu posto na torre central, o que lhe permite vigiar todos os encarcerados nas celas. Segundo Foucault (1987, p. 166):

O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ser sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha.

O primeiro efeito descrito pelo filósofo é o fato de que essa estrutura evita que as “massas compactas, fervilhantes, pululantes” se encontrem no espaço de encarceramento. Logo, retoma-se a regra básica – cada um em seu lugar – cada preso em sua cela, sem comunicações pelas paredes laterais. Em termos foucaultianos:

A multidão, massa compacta, local de múltiplas trocas, individualidades que se fundem, efeito coletivo, é abolida em proveito de uma coleção de individualidades separadas. Do ponto de vista do guardião, é substituída por uma multiplicidade enumerável e controlável; do ponto de vista dos detentos, por uma solidão seqüestrada e olhada.(FOUCAULT, M., 1987, p.166)

O Panóptico seria:

Uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver, na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto. Dispositivo importante, pois automatiza e desindividualiza o poder. Este tem seu princípio não tanto numa pessoa quanto numa certa distribuição concentrada dos corpos, das superfícies, das luzes, dos olhares; numa aparelhagem cujos mecanismos internos produzem a relação na qual se encontram presos os indivíduos. [...] O panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos do poder. (FOUCAULT, M., 1987, p.167)

Quanto às aplicações do modelo panóptico, elas servem para corrigir os detentos, instruir, guardar, fiscalizar. A partir desse modelo pode se dar a implantação do corpo do indivíduo num espaço determinado, bem como se estabelecer uma organização hierárquica, uma definição de instrumentos do poder e modos de intervenção. Em outras palavras, quando se trata de uma multiplicidade de indivíduos que devem ser moldados para cumprir uma tarefa, regra ou construir um comportamento, a utilização do modelo panóptico é a mais rentável. Através de cada uma de suas aplicações, este modelo permite sem alarde o aperfeiçoamento do exercício do poder.

A partir da consolidação do modelo ilustrado por Bentham dá-se uma generalização da disciplina, o que impulsionou a multiplicação das instituições disciplinares (família, escola, biblioteca, hospital, etc.). Com essa multiplicação, a disciplina passa a circular livremente nessas instituições, e elas se tornam os lugares que mediam as relações entre o poder e os indivíduos. Em cada uma delas o poder se exerce através de diferentes estratégias; daí não ser possível considerá-lo uno.

Para Foucault (1987, p. 177), a disciplina:

Não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma "física" ou uma "anatomia" do poder, uma tecnologia. E pode ficar a cargo seja de instituições "especializadas" (as penitenciárias, ou as casas de correção do século XIX) seja de instituições que dela se servem como instrumento essencial para um fim determinado (as casas de educação, os hospitais), seja de instâncias preexistentes que nela encontram maneira de reforçar ou de reorganizar seus mecanismos internos de poder [...] seja de aparelhos que fizeram da disciplina seu princípio

de funcionamento interior, [...] seja enfim de aparelhos estatais que têm por função não exclusivamente mas principalmente fazer reinar a disciplina na escala de uma sociedade.

A partir das considerações traçadas a respeito da sociedade disciplinar destacam-se as formas de assujeitamento que esse poder “hierárquico, binário” impõe aos sujeitos. A disciplina nada mais é do que um mecanismo de poder que produz formas específicas de subjetividade no interior dessas instituições sociais. Assim como as instituições, as subjetividades são moldadas, fixas, delimitadas. Segundo Gondar (2003, p.36):

[...] através de marcações no espaço e no tempo, através do estabelecimento de fronteiras e de hierarquias, criavam-se as individualidades, e esses indivíduos eram ligados a identidades determinadas. Assim, a produção de subjetividade nas sociedades disciplinares se efetuava pela fixação de uma identidade através da qual se poderia adestrar, docilizar e extrair a máxima utilidade dos indivíduos. Foucault nos aponta, portanto, que o indivíduo é um efeito do poder de assujeitar e de ordenar multiplicidades humanas que teria vigorado num período específico.

De acordo com Foucault, o poder disciplinar produz, através das instituições, uma subjetividade docilizada. Isso se dá porque a disciplina aumenta as habilidades dos corpos e os torna tanto obedientes quanto úteis, produzindo assim indivíduos adestrados. A disciplina nada mais é que um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo e direcionar o que os indivíduos, ou melhor, o que a sociedade deve sentir, lembrar e esquecer.

Um exemplo de resistência ao poder disciplinar que age sobre o indivíduo, adestrando e direcionando sua subjetividade pode ser encontrado na ação do filósofo Michel Foucault no GIP (Grupo de Informações sobre as Prisões). Foucault começa a interessar-se pela causa prisional e, como fazia parte do GIP, começa a fazer inquirições nas ruas diante das penitenciárias. O grupo objetivava extrair de pessoas próximas e dos próprios detentos informações verídicas de como era a vida nas prisões. Para isso, o grupo começa a distribuir questionários a essas pessoas. No começo o grupo depara-se com uma certa antipatia, mas depois as pessoas iniciam um processo de conscientização do que era o grupo e qual o seu objetivo.

Segundo Foucault (2006, p.4):

Queremos quebrar o duplo isolamento no qual se encontram enclausurados os detentos: através de nossa inquirição, queremos que eles possam se comunicar entre si, transmitir o que sabem e falar-se de prisão a prisão, de cela em cela. [...]

[...] Cabe a eles lançar [...] novas inquirições, recolher e difundir informações, imaginar novos modos de ação.

Foucault, na verdade, mostra que o prisioneiro é um objeto de uma agressão social perpétua, e que isso deve ser modificado. Enfatiza que as prisões são instrumentos de poder. Pouco a pouco, enquanto o movimento do GIP se propaga, os policiais começam agir, e, desse modo, Foucault denuncia:

[...] A rua está se tornando o domínio reservado da polícia; sua arbitrariedade, ali, é a lei; circule e não pare; caminhe e não fale; o que você escreveu, não o dará a ninguém; nada de agrupamento. A prisão começa bem antes de suas portas. Desde que você sai de sua casa. (FOUCAULT, 2006, p.26).

O GIP tenta modificar esta estrutura tão disciplinar a partir dessas inquirições, mas logo é “perseguido”, isto é, vetado. Esse é um exemplo que ilustra uma tentativa de resistência a um modo de produção de subjetividade moldada, fixa e hierarquizada, trabalhando para a possibilidade de novas formas de vida.

3.2 A SOCIEDADE DE CONTROLE

A sociedade disciplinar pensada por Michel Foucault estende-se até a segunda metade do século XX. O filósofo em seus estudos afirma que a sociedade disciplinar perde espaço para uma nova modalidade de ordenação social, denominada por ele sociedade de regulamentação. Isso ocorre porque começam a surgir mudanças na configuração sócio-política vigente.

Deleuze também reconhece essa nova configuração apontada por Foucault, mas lhe dá um outro nome. Aquilo que Foucault denominou de sociedade de regulamentação será chamado por Deleuze de sociedade de controle. Deleuze retira o termo “controle” do modelo paranóico forjado na obra de William Burroughs. Para definir a sociedade de controle, o filósofo diz

que as instituições que constituem a sociedade disciplinar encontram-se em crise, ou seja, os muros que delimitam essas instituições sociais estão desmoronando, o que torna a lógica disciplinar ineficaz. Exercendo-se no interior das instituições, a disciplina funcionava segundo moldes binários – dentro e fora, por exemplo. Nesse caso, os muros que definiam o espaço ocupado pelas instituições delimitavam, ao mesmo tempo, uma oposição entre um espaço interno e externo. No momento em que esses muros desabam, deixam de haver marcações ou diferenciações entre dentro e fora, público e privado, sujeito e outro. Os moldes que caracterizavam a sociedade disciplinar são substituídos pela fluidez das relações em todos os níveis. Com todo esse processo de fluidez do campo social, a sociedade de controle toma o lugar da sociedade disciplinar.

Nessa nova configuração sócio-política – a sociedade de controle-, o essencial é a cifra, a senha – linguagem digital do controle que marca o acesso ou a recusa a uma informação. A partir desta consideração deleuziana, cabe ressaltar um aspecto básico que diferencia os dois tipos de sociedades: a disciplinar que se organiza de maneira vertical e hierarquizada; e a de controle que se organiza de forma horizontal e rizomática. O que faz emergir essa diferença entre a sociedade disciplinar e a de controle é a maneira pela qual se exercem os mecanismos de poder: “o poder” que antes já era disperso, agora se torna cada vez mais ilocalizável, horizontal e impessoal. Como enfatiza Rogério Costa (2004, p. 162) “numa sociedade inteiramente axiomatizada, as instâncias do poder estão inteiramente dissolvidas por entre os indivíduos, o poder não tem mais cara”.

Para melhor refletir sobre o modo pelo qual a sociedade disciplinar cede lugar à sociedade de controle é interessante destacar os argumentos de Ana Maria Nicolaci da Costa (2004). Em uma de suas obras, Nicolaci da Costa faz ponderações acerca da passagem da modernidade à pós-modernidade em termos que permitem articulá-la à passagem da sociedade disciplinar à de controle. É desse modo que Nicolaci da Costa (2004, p.83) caracteriza a modernidade:

Ordem, progresso, verdade, razão, objetividade, emancipação universal, sistemas únicos de leitura da realidade, grandes narrativas, teorias universalistas, fundamentos definitivos de explicação, fronteiras, barreiras, longo prazo, hierarquia, instituições sólidas, poder central, claras distinções entre público e privado, etc.

As características atribuídas por Costa são semelhantes àquelas enfatizadas por Foucault e que terminam por construir a lógica própria das sociedades disciplinares. Esse conjunto de características forma também o que Deleuze,

seguindo o binarismo dentro-fora, considera próprio da lógica disciplinar.

As marcações feitas por Nicolaci da Costa (2004, p.83), para caracterizar a pós-modernidade também nos permitem associá-la a uma outra lógica, própria das sociedades caracterizadas como de controle.

A globalização, as comunicações eletrônicas, a mobilidade, a flexibilidade, a fluidez, a relativização, os pequenos relatos, a fragmentação, as rupturas de fronteiras e barreiras, as fusões, o curto prazo, o imediatismo, a descentralização e extraterritorialidade do poder, a imprevisibilidade e o consumo.

A este respeito, não se pode deixar de lado as ponderações feitas por Deleuze e Guattari (1995). Ambos oferecem definições que permitem observar melhor quais as modificações ocorridas na passagem da modernidade à pós-modernidade. Os autores propõem uma articulação entre o espaço estriado que caracteriza a modernidade, e o espaço liso, que predomina na pós-modernidade: “O espaço estriado, como um tecido com tramas verticais e horizontais, é bem demarcado e sedentário [...], já o espaço liso, como o feltro, não tem demarcações e é nômade”⁸.

Para Deleuze o espaço liso é um meio sem horizonte, como um deserto ou o mar. Apresenta-se sem distância intermediária, perspectiva ou contorno. Espaço tátil, mais sonoro que visual. Localizado, mas não delimitado. Local absoluto, contra o global relativo do espaço estriado. No espaço liso do controle, as instituições se volatizam, perdendo suas fronteiras e mantendo entre si uma relação de modulação num *continuum* regulador. Já o espaço estriado é abordado, segundo Deleuze, como aquele demarcado por fronteiras ou muros, no interior do qual as instituições exercem um poder de moldagens dos corpos. Espaço delimitado, fixo, distinto, ao

⁸ Cf DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Rizoma. In: _____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução Aurélio Guerra, Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. vol.1, p.11-38.

contrário do espaço liso do controle, que funciona a partir de redes flexíveis moduláveis.

Deleuze e Guattari deixam claro que esses dois espaços podem interpenetrar-se e transformar-se um no outro, o que implica dizer que esses espaços convivem lado a lado. Na verdade, pode também se dizer que a sociedade de controle não elimina a sociedade disciplinar, e que ambas convivem lado a lado na contemporaneidade. Ou melhor, ambas convivem a partir de uma crise: as instituições continuam existindo nas sociedades de controle, mas elas se encontram em crise. E é justamente nesta crise que o poder se exerce, pois o controle, diferentemente da disciplina, funciona satisfatoriamente no desarranjo e na desordem.

Para estabelecer melhor a diferença entre o espaço liso e o estriado, Deleuze e Guattari (1995, p.13) afirmam:

Um primeiro tipo de livro é o livro-raiz. A árvore já é a imagem do mundo, ou a raiz é a imagem da árvore-mundo. É o livro clássico, como bela interioridade orgânica, significante e subjetiva (os estratos do livro). [...] A lei do livro é a da reflexão, o Uno que se torna dois. [...] O livro como realidade espiritual, a Árvore ou a Raiz como imagem, não pára de desenvolver a lei do Uno que se torna dois, depois dois que se tornam quatro... A lógica binária é a realidade espiritual da árvore-raiz. [...] Isso que dizer que este pensamento nunca compreendeu a multiplicidade: ele necessita de uma forte unidade principal, unidade que é suposta para chegar a duas, segundo um método espiritual. E do lado do objeto, segundo o método natural, pode-se sem dúvida passar diretamente do Uno a três, quatro ou cinco, mas sempre com a condição de dispor de uma forte unidade principal, a do pivô, que suporta as raízes secundárias. [...] A raiz pivotante não compreende a multiplicidade mais do que o conseguido pela raiz dicotômica. [...] O sistema-radícula, ou raiz fasciculada, é a segunda figura do livro, da qual nossa modernidade se vale de bom grado. Desta vez a raiz principal abortou, ou se destruiu em sua extremidade: vem se enxertar nela uma multiplicidade imediata e qualquer de raízes secundárias que deflagram um grande desenvolvimento.

A citação acima expressa uma diferenciação entre duas figuras: o livro-raiz, que se estrutura de forma binária arborescente; e o livro-radícula que se constrói a partir da multiplicidade, o que em termos deleuzianos chama-se rizoma. A lógica da rede, própria da pós-modernidade ou da sociedade de controle será, em termos

deleuzianos, uma lógica rizomática. Este tema será melhor desenvolvido no item 3.3.

Ao abordar o tema da sociedade de controle, vale destacar Michael Hardt que, em um artigo denominado *A sociedade mundial de controle* apresenta outros elementos capazes de complementar as informações foucaultianas e deleuzianas. Este artigo resume as idéias apresentadas mais extensamente no livro *Império*, escrito por Michael Hardt e Antonio Negri.

Hardt (2000, p. 361) afirma que “o fim da crise da modernidade engendrou uma proliferação de crises menores e mal definidas na sociedade imperial do controle, ou, como preferimos dizer, gerou uma *oni-crise*”. Assim, a crise da modernidade foi substituída por múltiplas crises emergindo permanentemente, de modo que a crise passa a caracterizar o próprio funcionamento social.

Hardt desenvolve o tema da passagem da sociedade moderna para a sociedade pós-moderna, estabelecendo relações e diferenciações entre ambas num plano mais estritamente político. Essa passagem é situada a partir de dois processos enfatizados por Deleuze. O primeiro processo é o enfraquecimento da sociedade civil e o segundo é a passagem à sociedade de controle. É a partir desses processos que ocorre o declínio das instituições sociais, ou seja, que ocorre a passagem do imperialismo que vigorava na sociedade disciplinar, período de expansão dos Estados-nação, à nova ordem mundial, configurando não mais um imperialismo e sim um império global, sem que nenhum Estado-nação possa se assenhorar desse processo. Não há mais centro de poder; o que há é a ramificação de um mercado mundial que penetra não apenas as relações econômicas, mas as relações sociais e

subjetivas, numa lógica rizomática. Hardt sugere (2000, p. 358) que “uma forma social tomada por esse novo império é a sociedade de controle mundial”. No espaço liso do império, não existe o lugar do poder. O poder está e não está em todos os lugares. Isso justifica a sua não localização cada vez mais acentuada.

Ao abordar a distinção entre o dentro e o fora, Hardt conclui que o fora já não existe mais devido ao desmoronamento das instituições, que marca a passagem da sociedade disciplinar à sociedade de controle. Tudo isso implica em mudanças na forma de produção social da subjetividade. Afinal, a subjetividade é produzida no campo das forças sociais; as subjetividades interagem no plano social e são criadas pela sociedade, a partir dos mecanismos de poder. De qualquer forma as subjetividades são incessantemente produzidas, mas na sociedade imperial de controle essa produção tende a não se limitar a espaços específicos. Segundo Hardt (2000, p.369):

A não-definição do lugar da produção corresponde à indeterminação da forma das subjetividades produzidas. As instituições sociais de controle no império poderiam, portanto, ser percebidas em um processo fluido de engendramento e de corrupção da subjetividade.

Hardt enfatiza que o controle é uma intensificação da disciplina; nele as fronteiras institucionais tornam-se permeáveis e, não existindo mais a diferença entre o fora e o dentro, os procedimentos exercidos no interior das instituições espalham-se por todo o tecido social.

Ele propõe três hipóteses sobre as sociedades de controle: a primeira é que esse tipo de sociedade se caracteriza pela corrupção; a segunda é que ela representa uma etapa posterior em direção a uma sociedade propriamente

capitalista, no sentido de que ela propõe uma forma de soberania que se exerce de forma imanente, como um rizoma; e a terceira e última hipótese supõe que não se pode pensar a sociedade de controle sem se pensar no mercado mundial. Hardt (2000, p.372) afirma, portanto:

(...) que o mercado mundial, segundo Marx, é o ponto de partida e o ponto de chegada do capitalismo. Com a sociedade de controle, chegamos finalmente a esse ponto, o ponto de chegada do capitalismo. Como o mercado mundial, ela é uma forma que não tem fora, fronteiras ou então possui limites fluidos e imóveis.

O filósofo conclui que a sociedade de controle é, de imediato, a sociedade mundial de controle.

Seguindo as indicações de Deleuze e Hardt, é possível pensar que a sociedade de controle funciona a partir de uma outra lógica que não é arborescente, e sim uma lógica rizomática, que também pode ser chamada de lógica da rede. O próximo item pretende desenvolver as implicações desta nova lógica.

3.3 A LÓGICA DA REDE

Até então, foram apresentadas considerações sobre a sociedade de controle, nos quais foram destacadas suas características e seu modo de funcionamento, como também a passagem de uma configuração social arborescente para uma nova configuração social que pode ser chamada de rizomática, funcionando segundo o modelo de rede, e não mais da árvore ou da raiz dicotômica. Este item tem como intuito trabalhar a lógica que subjaz a esta configuração social – a lógica da rede.

A partir do contexto abordado no tópico anterior, cabe destacar que a lógica da rede é solidária à lógica do Império – imanente, sem centro definido e sem

fronteiras. A rede surgiu no século XX e pode ser abordada em diversos planos: o primeiro é o sentido etimológico, designando a rede como um tipo de entrelaçamento de fios; o segundo é o imaginário, ligado à comunicação e a coletividade, pressupondo troca, afirmação de direitos e formação de diferenças e de distâncias; e o terceiro sentido é o filosófico, que associa rede ao conceito de rizoma construído por Deleuze (1995, p.13-15):

Um rizoma como haste subterrânea distingue-se absolutamente das raízes e radículas. Os bulbos, os tubérculos, são rizomas.

[...]

O conceito de rizoma diferentemente das árvores, suas raízes, conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer, pondo em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos. O rizoma não tem começo nem fim, mas sempre um meio, pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades.

A rede também pode ser definida como um espaço de interação comunicativa, imprescindível na vida cotidiana, onde todos os indivíduos se comunicam. Mas abordar a rede como o modo de articulação político e informacional que serve às sociedades de controle parece mais profícuo para este trabalho.

Pensar que a rede serve ao controle pressupõe que ela também faz resistência ao controle, uma vez que para Deleuze, Negri e Hardt tanto o poder como a resistência se exercem, na contemporaneidade, pela lógica da rede. A mudança para a sociedade de controle significa uma mutação do capitalismo, que deixa de estar assentado na produção de bens e passa a basear-se na venda de serviços e na compra de ações, tornando-se mais disperso do que concentrado. Arelada a essa questão, encontra-se o tema da tecnologia, já que a cada configuração sócio-política corresponde, segundo Deleuze, um tipo de máquina que representa o próprio funcionamento social. Assim, nas sociedades de soberania

eram utilizadas máquinas simples ou dinâmicas, e nas sociedades disciplinares, máquinas energéticas; em contrapartida, as sociedades de controle inauguram as máquinas cibernéticas, os computadores.⁹ Essa nova configuração sócio-política exige um controle que ultrapassa a disciplina, e o modo pelo qual este controle funciona e se exerce pode ser ilustrado bastante bem pelo funcionamento em rede – como o da *Web* - que passa, na verdade, a servir aos propósitos políticos deste mecanismo de poder. Assim, a lógica do controle é a lógica da rede. Do mesmo modo, é somente através dessa lógica que a resistência ao controle pode se fazer presente.

Em suma, a sociedade de controle utiliza máquinas cibernéticas na medida em que essas máquinas utilizam a lógica da rede. A rede pode também ser definida como ciberespaço. Etimologicamente, ciber (LÉVY, 1998, p.1) significa “governo”. Pierre Lévy (1998, p.1) pensa o ciberespaço como o sistema dos sistemas e, ao mesmo tempo, o sistema do caos: quanto mais universal, menos totalizável. O ciberespaço não é um sistema desordenado, mas exprime a diversidade dos indivíduos. Ele oferece condições de uma comunicação direta, interativa e coletiva. A cada instante que passa, novos indivíduos assinam a *Internet*, novos computadores se interconectam, novas informações são lançadas na rede, e assim por diante. Com isso o ciberespaço se expande e permanece mais universal, ao passo que o mundo informacional se torna menos totalizável, de acordo com Lévy (1998, p.1).

A *Web*, ou o ciberespaço é um exemplo de rede, visto pela maior parte dos pensadores contemporâneos como um espaço democratizado de acesso às

⁹ Cf GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 7. ed. rev.

informações. Para Rogério Costa (2004), contudo, a *Web* não tem essa função; ela não passa de um advento da sociedade de controle. Essa concepção chama atenção para o fato de que “nenhuma forma de poder parece tão sofisticada quanto aquela que regula os elementos imateriais de uma sociedade: informação, conhecimento, comunicação” (Costa, 2004, p. 163). A sociedade vive um momento de estratégias que dizem respeito ao rastreamento dos padrões de comportamentos. Isso é a tão falada “sociedade de controle”.

O desenvolvimento da tecnologia de agentes inteligentes mapeia os usuários do ciberespaço e, a partir disso, constrói um perfil dinâmico de um usuário, como declara Costa (2004, p. 165):

Trata-se da construção de padrões de interesse, a partir dos quais os indivíduos que compartilham os mesmos gostos funcionam como um padrão para indicações interessantes que podem ser cruzadas dentro de um mesmo grupo.

O que ocorre é a construção de um conjunto de padrões de comportamentos a partir das ações dos próprios usuários. Essa tecnologia incorporada em projetos recentes no universo do ciberespaço serve de “alimento” para a sociedade de controle. Essa estratégia visa criar um imenso banco de dados, virtual e centralizado, como afirma Costa (2004). Assim, a sociedade de controle funciona como mediadora, fazendo o reconhecimento de padrões ligados às ações dos usuários; caso haja uma mudança de padrões, a sociedade de controle transforma suas estratégias. É nesse sentido que a Internet se torna uma base e um instrumento fundamental para o controle. Segundo Santos (2005), a *Internet* apresenta-se como:

Espaço cibernético das redes, da realidade virtual e das comunicações eletrônicas mais conhecido e utilizado em todo mundo – materializa a lógica de um nova sociedade que se constitui a partir da virada do século. Através dela conceitos como interatividade, participação e performance surgem e sinalizam novas tendências e vetores, como realidade virtual, imagem, digitalização, transitoriedade, entre outros.

[...]

Mais que um meio de comunicação, ela é um “protocolo comum a todos os computadores e susceptível de se utilizar indiferentemente de inúmeras redes”, desenhando um outro cenário, pretensamente mais flexível e descentralizado, porém não menos potente em termos de controle e poder. Neste aspecto, a Internet corresponde mais ao espaço liso da sociedade de controle do que propriamente ao espaço estriado da sociedade disciplinar.

[...]

A Internet aparece como uma esfera pública inteira um mundo em que a constelação de atividades se acha deslocada e condensada no meio eletrônico. (SANTOS, 2005, p.4).

Manuel Castells (2000) é um outro autor que traça relações solidárias entre os modos de se viver numa cultura e o desenvolvimento de sua tecnologia. Ao abordar a revolução da tecnologia da informação, Castells afirma que com essa revolução ocorre uma reestruturação do capitalismo introduzindo uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede.

A sociedade em rede é a sociedade cuja estrutura social foi construída em torno das redes de informação. A partir do desenvolvimento das tecnologias microeletrônicas que resultaram no aperfeiçoamento de sistemas computacionais que, por sua vez, estruturaram redes que conectam o mundo, com destaque para a Internet, Castells aponta um paradigma informacional, afirmando que a invenção dessas novas tecnologias ocorre com o intuito de processar e transmitir informações. Nesse sentido, Castells argumenta que a Internet é muito mais do que uma simples tecnologia, é o meio de comunicação que constitui a forma organizativa da sociedade atual. O autor aponta:

A Internet é o coração de um novo paradigma sociotécnico, que constitui na realidade a base material de nossas vidas e de nossas formas de relação, de trabalho e de comunicação (...), constituindo a sociedade em rede, que é a sociedade em que vivemos (CASTELLS, 2003, p.287)

Em outros termos, a Internet é mais do que um meio de comunicação, é um meio de interação e organização essencial para a sociedade contemporânea, que se organiza sob a lógica da rede. Os computadores conectados Internet estão presentes no mundo inteiro e, desse modo, a circulação de informações na rede, o seu impacto sobre a sociedade e as novas formas de relação, trabalho e comunicação que elas inauguram fazem com que a construção da memória, ligada à produção de subjetividade, seja articulada de outra maneira. Boullier (2000, apud Costa, 2004a, p.166) radicaliza essa idéia, ao afirmar que: “vivemos hoje um novo conceito: o de ser humano em rede”.

Ora, se somos seres humanos em rede, como pensar o funcionamento da biblioteca, instituição-memória eminentemente disciplinar, segundo essa nova lógica?

Esse capítulo articulou as relações de poder na sociedade disciplinar – ou seja, numa sociedade hierárquica e arborescente – segundo as características teorizadas por Foucault, bem como as relações de poder na sociedade de regulamentação ou de controle. Este segundo tipo de configuração social foi enfatizada por pensadores do campo social e político como Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michael Hardt, que abordam a sociedade de controle como um espaço liso, marcado pela horizontalidade, expandindo-se de forma rizomática. A sociedade de controle funciona segundo uma nova lógica – a da rede, sobre a qual foram

traçadas também algumas considerações. A partir deste ponto, pode-se passar à questão central dessa dissertação: o modo de funcionamento das bibliotecas na lógica da rede.

É esse o problema que será desenvolvido no próximo capítulo. Seria possível se dizer que as bibliotecas e as atividades biblioteconômicas ainda se mantêm hoje numa lógica hierárquica e vertical, própria do funcionamento disciplinar? Ou poderiam elas apresentar um modo de funcionamento rizomático e horizontal, próprio da lógica da rede e dos mecanismos de controle?

4 BIBLIOTECAS

Este capítulo pretende discutir o modo como se situam as bibliotecas em relação às duas lógicas que apresentamos no capítulo precedente – a lógica

disciplinar e a lógica da rede, esta última articulada ao que caracterizamos como sociedade de controle. Todavia, não seria possível circunscrever, no espaço de uma dissertação, a instituição biblioteca como um todo, nem tampouco analisar todas as práticas biblioteconômicas a fim de verificar qual a sua lógica subjacente. Devido a essa impossibilidade optou-se por privilegiar uma dessas práticas enquanto foco de análise. A prática escolhida foi a indexação, devido à sua flexibilidade e aos desenvolvimentos que ela permite frente às novas formas de descrição de assuntos na internet. Desse modo será possível cotejar a indexação, enquanto prática biblioteconômica, com as práticas de gestão da informação exercidas segundo a lógica da rede. Nesse caso, a pergunta que guia esta dissertação poderia ser recolocada nos seguintes termos: pode se dizer que a indexação hoje ainda se mantém numa lógica hierárquica e vertical, própria do funcionamento disciplinar? Ou poderia a indexação apresentar um modo de funcionamento rizomático e horizontal, próprio dos mecanismos de controle e da lógica da rede?

Para desenvolver essa questão pretende-se traçar um breve histórico das bibliotecas, a fim de situar o modo como hoje se processam tecnicamente as informações, especialmente a classificação e indexação, que tem a finalidade de representar um documento. Com esse objetivo serão enfatizadas as características das bibliotecas ao longo dos anos, destacando-se o período que vai do início do século XVII até os dias atuais, já que é a esse período que se refere a pergunta aqui colocada.

4.1 BREVE HISTÓRICO

As bibliotecas surgiram muito antes dos manuscritos e dos livros, no terceiro milênio a.c. O termo biblioteca deriva do grego *bibliotheke* que significa depósito de livros, modificado para o latim *bibliotheca* que indica lugar onde se guardam os livros.

Na Antiguidade, as bibliotecas funcionavam como arquivos dos reis e possuíam aspirações universais, ou seja, tinham o objetivo de acumular todo o conhecimento registrado. Neste período as sociedades viveram uma organização política teocrática que colaborou para a formação das bibliotecas na Idade Média.

Um dos aspectos importantes a se considerar é o ideal de universalidade das bibliotecas. A Biblioteca de Alexandria, idealizada por Ptolomeu Sóter, é um exemplo de instituição que objetivava atingir esse ideal. Com isso, a Biblioteca de Alexandria chegou a reunir 700.000 rolos de papiro e, para que obtivessem todo o conhecimento produzido no mundo, Sóter exigiu que todos os soberanos de todos os territórios lhe enviassem as obras produzidas. Assim, todos os navios que chegassem à Alexandria eram obrigados a aportar na cidade e os livros eram confiscados e copiados. A cópia seguia com o navio, enquanto o original ficava na biblioteca.

Segundo Battles (2003, p.36):

a Biblioteca de Alexandria foi, assim, a primeira com aspirações universais e, com sua comunidade de estudiosos, tornou-se o protótipo das universidades da era moderna. Essa concentração de livros na biblioteca contribuiu para a definição de uma concepção a respeito do valor do conhecimento.

[...]

ao patrocinar esse objetivo, os ptolomeus confirmavam a intuição

essencialmente alexandrina de que o conhecimento é um bem, uma mercadoria, uma forma de capital a ser adquirido e entesourado. A centralização e consolidação das bibliotecas eram convenientes tanto para os governantes quanto para os intelectuais. Em tempos de guerra, infortúnio ou de decadência, porém, essa centralização tornava-se um grande problema, pois toda a literatura contida ali estaria condenada a ter o mesmo destino que a biblioteca.

Mais tarde, as bibliotecas passaram a pertencer a determinados grupos sociais privilegiados. Na Idade Média, eram as igrejas quem armazenavam o conhecimento, e por essa razão as bibliotecas tornaram-se particulares. Esse caráter particular proporcionou o acesso à leitura por outra camada social, os nobres e os comerciantes, pois até então o acesso à leitura era extremamente restrito.

Com a formação do capitalismo comercial, na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, as práticas sustentadas pelo poder da igreja perderam pouco a pouco o terreno para as práticas comerciais e produtivas. A hierarquia agora não provinha mais da Igreja, mas da sociedade burguesa que começava a se hierarquizar devido às atividades urbanas, produzindo, a partir do Renascimento, novas concepções políticas, científicas, morais e religiosas. O surgimento da burguesia, ainda no século XIV, vai influenciar todo o movimento renascentista, uma vez que a burguesia, para se consagrar como classe social, começa a patrocinar os artistas e pensadores da época.

A evolução técnica promovida pelo Renascimento proporcionou às bibliotecas uma nova função. A invenção da imprensa por Gutenberg¹⁰, em meados do século XV, foi fundamental para que isso se desse. A imprensa, condição de possibilidade

¹⁰ A imprensa de Gutemberg é uma tecnologia de impressão feita a partir de uma liga para tipos móveis e tinta à base de óleo, além de uma prensa gráfica, inspirada nas prensas utilizadas para espremer uvas no fabrico de vinho. Essa invenção possibilitou a produção de obras com maior rapidez, pois até então as obras eram manuscritas.

da tipografia, permitiu que as bibliotecas pudessem ganhar suas características modernas, quando de fato deixaram de ser lugares sagrados para se tornarem lugares públicos.

O objetivo das bibliotecas públicas era salvaguardar a privacidade e individualidade intelectual. Mas com o crescimento do número de livros, durante o século XV até o século XVII, Battles (2003, p.81) destaca que:

A fascinação humanista com a Antiguidade que antes era apenas uma fantasia subversiva de acadêmicos transformou-se num instrumento efetivo de autoridade. Com a ciência ameaçando a supremacia da teologia e sua influência legitimadora na esfera política, os governantes foram buscar a preservação do seu poder em ideais clássicos. A biblioteca sentia as dores da mudança e, à medida que os livros multiplicavam-se em número e em espécie, tornou-se um campo de batalha para ideologias opostas. Seria ela um depósito de saber preservando aspirações universais atemporais que serviriam para o aperfeiçoamento moral dos homens encarregados de governar? Ou poderia transformar-se num jardim de livros, no qual o conhecimento proliferasse e florescesse em cores e formas sem limites?

Os grandes avanços tecnológicos produzidos a partir da Revolução Industrial, no século XVIII, deram um novo impulso às bibliotecas. Ainda que a imprensa tenha sido criada bem antes, somente no momento da Revolução Industrial houve crescimento na produção de livros. Esse crescimento começou a afetar as bibliotecas, pois eram elas as instituições responsáveis por armazenar todo o conhecimento registrado. Foi então que, segundo Pinheiro, as bibliotecas passaram a dar suporte à edição e à documentação (PINHEIRO, 2002), como será visto mais adiante. Com o advento da tipografia, as bibliotecas atingiram um caráter moderno; o livro, por sua vez, adquiriu uma função social e a profissão do bibliotecário começou a se definir.

A tecnologia aplicada à impressão proporcionou a primeira modificação na atividade de organização e preservação de documentos. Aos poucos, foi retirada da biblioteca a tarefa de reprodução, praticada por copistas que geralmente reproduziam manuscritos. O avanço tecnológico possibilitou que as oficinas especializadas tomassem o lugar antes ocupados pelos copistas, passando então a exercer a atividade de reprodução. Esta mudança acelerou o processo de reprodução e, em consequência, elevou o número de obras produzidas. Com isso, tanto a biblioteca quanto o bibliotecário passaram a possuir maior visibilidade pública e social.

As bibliotecas enquanto instituições públicas, tais como hoje são conhecidas, se constituíram no século XVIII. É nesse contexto que estudiosos começaram a desenvolver medidas de controle bibliográfico. Uma das primeiras medidas foi a criação das bibliografias. Segundo Frank Campbel, as bibliografias eram inicialmente uma lista formada pelos materiais contidos numa biblioteca. Devido aos estudos relativos ao controle bibliográfico, começou-se a vislumbrar, com a produção de bibliografias nacionais, a possibilidade de que se registrassem todos os documentos publicados em um país. Em 1545, Conrad Gesner (1516-1565), bibliógrafo suíço, já havia realizado a primeira tentativa de elaboração de um catálogo bibliográfico universal; sua obra foi denominada *Bibliotheca Universallis*, um marco da história da bibliografia. Mas outras tentativas também foram realizadas nesse sentido: as mais importantes foram as do inglês Michel Maittaire e do alemão Gotlieb Georgi, no século XVIII; e a do francês Jean-Charles Brunet, no século XIX, cuja obra foi complementada em seguida por Johan Georg Theodor Graesse. Esta última foi

considerada em 1895, pelo Instituto Internacional de Bibliografia, em Bruxelas, como o primeiro projeto de catalogação a servir como parâmetro para os códigos desenvolvidos posteriormente. O projeto de Brunet e Graesse objetivava reunir a produção bibliográfica mundial em um catálogo de fichas nas quais seriam impressas as localizações das obras. Esse catálogo ficou conhecido como *Repertoire Bibliographique Universel* e chegou a possuir vinte milhões de fichas representando os acervos das bibliotecas européias e americanas; entretanto, por falta de incentivos financeiros o projeto foi interrompido.

Assim como ocorria na Antiguidade, as iniciativas de elaboração de bibliografias passaram novamente a aspirar à universalidade. Na verdade, tanto a criação das bibliografias quanto as atividades que surgiram mais tarde pretendiam resolver o problema da organização dos saberes. As bibliografias deveriam elencar tudo o que era produzido, enquanto que as práticas biblioteconômicas como a catalogação, indexação e, principalmente, a classificação¹¹ – como será visto em mais detalhes adiante – resolveriam este problema a partir da “classificação do universo”.

É importante esclarecer, contudo, que a aspiração à universalidade pelas bibliotecas antigas e feudais não se realizava da mesma maneira nas bibliotecas modernas.

¹¹ A catalogação pode ser entendida como a atividade de descrever fisicamente uma obra, elencando seus dados físicos, tais como: autor, título, local, editora, ano, etc.

A indexação pode ser entendida como a atividade que consiste na descrição dos conteúdos dos documentos, ou seja, como a extração de conceitos traduzidos em descritores que representam os assuntos de um documento, com o objetivo de recuperar a informação.

A classificação pode ser entendida como um processo mental, por meio do qual os documentos são agrupados em classes ou grupos que apresentam, entre si, traços de semelhança ou de diferença. É a representação temática de uma obra que indica sua localização, isto é, indica a que classe um assunto pertence. Essa indicação é feita a partir de dois códigos de classificação, a CDD – Classificação Decimal de Dewey, e pela CDU – Classificação Decimal Universal. Esses conceitos serão definidos mais detalhadamente no tópico 4.2.

Numa sociedade feudal as práticas bibliográficas poderiam se reduzir a uma lista dos materiais contidos numa biblioteca, seguindo a mesma lógica que regia as sociedades feudais, pautadas na contagem e no acúmulo de terras e dos elementos por ela produzidos. Já as práticas biblioteconômicas que foram desenvolvidas posteriormente, a partir dos referenciais do capitalismo, consistiam em atividades mais especializadas, criadas por estudiosos que se preocupavam com a organização do conhecimento pautada em características semelhantes às que começaram a definir as sociedades. Essas características são a individualização, a hierarquização e a verticalidade; são justamente elas que Michel Foucault, ao fazer suas análises sobre os mecanismos de poder, identificou como próprias da configuração social por ele denominada como sociedade disciplinar.

4.2 AS ATIVIDADES BIBLIOTECONÔMICAS E AS NORMAS DISCIPLINARES

As sociedades disciplinares, que Foucault situa entre o final do século XVII e a segunda metade do século XX, são marcadas por estes aspectos - individualização, hierarquização e verticalidade – que passam a regular toda a vida social, cultural, política, econômica e científica. Evidentemente, as atividades biblioteconômicas que começavam a surgir neste período não poderiam escapar de tais influências. Por essa razão, práticas como a classificação e a catalogação não estavam voltadas para o ideal de universalidade tal como ele se expressava nas sociedades antigas, mas sim para o problema da classificação do conhecimento que se tornava cada vez mais urgente, uma vez que o número de livros aumentava

progressivamente.

As bibliografias eram procedimentos que não embutiam características capitalistas e não apresentavam em sua estrutura um caráter hierárquico; elas consistiam apenas numa lista, diferentemente de outras práticas biblioteconômicas que surgiram depois, a partir de uma nova lógica social e política. Foi essa a lógica trabalhada no segundo capítulo dessa dissertação, e aqui apresentada, a partir dos trabalhos de Foucault, como lógica disciplinar. O filósofo a caracteriza, como já foi visto, enquanto uma lógica sustentada por mecanismos de poder disciplinares que pretendem docilizar o corpo e capturar os indivíduos através da normatização.

A influência desses mecanismos disciplinares na configuração das bibliotecas enquanto instituição, bem como nas práticas biblioteconômicas, é bastante visível. Imaginemos um usuário de uma biblioteca moderna. Logo ao entrar na instituição ele se depara com uma estrutura bastante sistemática. No primeiro instante passa pela portaria e em seguida pela recepção, que numa biblioteca chama-se balcão de referência. Este usuário recebe então informações que revelam as normas de utilização da biblioteca. Vamos apresentar algumas delas: para entrar na biblioteca, o usuário só pode portar lápis e papel; ele deve guardar sua bolsa no armário, e para isso precisa entregar um documento ao funcionário; não é permitido som de celular; o usuário não deve fumar; ele deve dirigir-se até ao catálogo ou até à base de dados do computador para procurar o que deseja, caso não encontre deve dirigir-se ao funcionário; o usuário deve procurar a obra desejada no catálogo de autor, título ou assunto; os livros estão classificados, e o usuário deve seguir a ordem decimal das estantes; ele não deve arrastar cadeiras e nem conversar, pois os outros usuários

poderão se desconcentrar; psiu, silêncio; para pegar uma obra emprestada, ele deve fazer o cadastro; para se cadastrar é necessário preencher a ficha, apresentar dos documentos e assinar um termo de responsabilidade; ao terminar sua consulta, o usuário deve deixar os itens sobre a mesa. Além dessas regras que configuram o funcionamento institucional, a disciplina está também presente nas classificações bibliográficas, realizadas a partir de um modelo hierárquico, que no capítulo anterior foi denominado como arborescente. Quando Foucault afirma que “a disciplina é a anatomia política do detalhe” (FOUCAULT, M., 1987, p. 120), o filósofo deixa claro que é a partir desses minuciosos “detalhes” embutidos nos regulamentos que o poder é exercido nas instituições disciplinares. A classificação, a catalogação e a indexação podem ser consideradas atividades reguladoras, posto que foram desenvolvidas como mecanismos de padronização para os documentos.

O que se procurava com essas práticas biblioteconômicas era uma linguagem capaz de organizar e de englobar todos os saberes. Ora, estruturar uma linguagem capaz de organizar os saberes é estabelecer uma forma de controle sobre os saberes e, com isso, a biblioteconomia, a partir da segunda metade do século XIX, começou a criar práticas que alcançassem tal objetivo. Dentre os mecanismos técnicos da biblioteconomia que se encontravam em desenvolvimento destacam-se as listas e índices que compilavam os itens de um acervo.

Desde o século XV já teriam surgido registros que remetem a outros registros, mas somente em 1971 foi criado o primeiro código nacional de catalogação, data que marcou o início do uso de catálogos em fichas na França; antes disso os catálogos eram feitos em formato de listas e índices. O desenvolvimento dos

catálogos deu-se a partir das mudanças proporcionadas pela Revolução Francesa, justamente no período que Michel Foucault configura como o do surgimento das sociedades disciplinares: nesse período as bibliotecas dos nobres foram confiscadas e tornaram-se públicas. Porém somente no século XIX aparecem as principais iniciativas de sistematização de catálogos. Em 1840 não havia praticamente nenhuma biblioteca que tivesse um índice de assuntos de seu acervo, mas foi a partir desta data que os catálogos de autor e assunto passaram a ser empregados e as bibliografias foram aperfeiçoadas. Alguns fatos a respeito do desenvolvimento dos catálogos de autor e de assunto podem ser destacados: em 1841, no Reino Unido, foram publicadas as “91 regras” de catalogação elaboradas por Anthony Panizzi, estabelecendo as bases da catalogação durante várias gerações; em 1850, nos Estados Unidos, Charles Jewett, da *Smithsonian Institution*, propôs a criação de um centro nacional de bibliografia e documentação a partir de um catálogo coletivo do acervo das bibliotecas públicas do país, por meio de um modelo padronizado de fichas a serem reproduzidas com uso da estereotipia, enfatizando a importância do aprimoramento das técnicas de organização bibliográfica dos documentos das bibliotecas para sua melhor utilização; em 1876, Mervil Dewey publicou nos Estados Unidos a primeira edição de sua Classificação Decimal, o primeiro sistema do gênero a ser amplamente adotado, inclusive nos dias de hoje; no mesmo ano e país, Charles Ami Cutter publicou as regras para um catálogo dicionário que, além do código de catalogação, incluía uma declaração sobre os objetivos do catálogo; em 1899, as Instruções Prussianas, surgidas de estudos de catalogação em décadas anteriores, foram adotadas na Alemanha, alcançando grande aceitação na Europa; e

em 1901, a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos liderou a organização bibliográfica em bibliotecas com o sistema de distribuição de fichas catalográficas impressas e padronizadas.

A partir dos estudos relacionados à sistematização de catálogos e índices bibliográficos as bibliografias foram se desenvolvendo, e de comerciais passaram a nacionais. É em decorrência da elaboração das bibliografias que surge a Documentação - termo criado por Paul Otlet e Henri La Fontaine para significar, de forma mais ampla, aquilo que antes denominava-se bibliografia.

No final do século XIX, a Biblioteconomia e a Documentação tinham alcançado um grande desenvolvimento, mas aos poucos seus interesses começaram a se distinguir, fazendo com que cada uma dessas práticas seguisse um caminho diferenciado.

Um fato importante levou os bibliotecários a desviar sua atenção dos processos de análise e representação das unidades do conhecimento registrado. Este fato foi o movimento de criação e disseminação das bibliotecas públicas. O Iluminismo, o Mercantilismo e, mais tarde, a Revolução Industrial conduziram à necessidade de profissionais mais especializados nas tarefas específicas da biblioteca. As bibliotecas públicas ganharam grande importância, pois eram consideradas instituições que serviriam às massas e possibilitariam a expansão da cultura. É nesse sentido que elas podem ser caracterizadas, segundo a lógica apresentada por Foucault, como instituições disciplinares. Como foi visto, nas sociedades disciplinares o poder se exerce através das instituições, cada uma delas produzindo, sob um determinado aspecto, a docilização e a normatização dos

indivíduos. Interessava às sociedades disciplinares que um número cada vez maior de indivíduos pudesse ser normatizado, ou, em outros termos, que uma população cada vez maior pudesse se relacionar com o conhecimento de um modo normatizado. Dessa forma, o bibliotecário passa a ter uma função mais “educativa” do que ligada ao serviço de informação, ou seja, o bibliotecário deixa de ser visto como um especialista da informação, espaço que é ganho, nesse momento, pelos documentalistas. Isso possibilitou que os documentalistas se apropriassem das técnicas biblioteconômicas, até então desenvolvidas e praticadas por bibliotecários e as aperfeiçoassem tomando para si o desenvolvimento de questões que diziam respeito somente aos bibliotecários. Essa função “educativa” de certa forma enfraqueceu a posição do bibliotecário no que diz respeito à organização da informação, mas aumentou sua força enquanto agente disciplinador. Todavia, os documentalistas também poderiam ser vistos como agentes disciplinadores em um outro aspecto, agora não somente ligado ao comportamento dos indivíduos, mas à sua relação com o conhecimento, estabelecendo o modo pelo qual as informações deveriam ser organizadas e registradas.

Em 1908, ocorre a segmentação de associações: um grupo formado por bibliotecários especializados dos Estados Unidos separou-se da *American Library Association* e formou a *Special Libraries Association*. E a partir daí, outros casos de dissidência ocorreram. A cisão entre a Biblioteconomia e a Documentação tornou-se cada vez mais profunda. A preocupação maior dos profissionais de documentação que participavam dessa “nova Biblioteconomia” era o acesso aos conteúdos dos documentos. Dessa forma, os documentalistas começaram, aos poucos, a

desenvolver novas formas de organização do pensamento registrado, como a classificação.

Por mais de quatro séculos, a Biblioteconomia permaneceu como sinônimo de Bibliografia. Considerando-se que a Bibliografia é uma atividade responsável pelo início da Documentação, pode-se afirmar que esta esteve em sintonia com a Biblioteconomia desde o século XV até o final do século XIX, quando os belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine começaram a sistematizar a Documentação enquanto disciplina. Otlet e La Fontaine cunharam este termo a fim de nomear a bibliografia de maneira mais abrangente. Por isso, são considerados os precursores da Documentação.

A sistematização realizada por Otlet culminou na publicação, em 1934, do *Traité de Documentation*. Para Bradford (1961), o projeto teve início em 1892, a partir do reconhecimento de preocupações comuns entre Paul Otlet e Henri La Fontaine a respeito da organização bibliográfica da produção científica. Logo, os belgas perceberam que, para organizar um índice universal, era necessária uma cooperação internacional. Durante a I Conferência Internacional de Bibliografia foi aprovada a criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB). Mas tarde, em 1931, o IIB teve seu nome alterado para Instituto Internacional de Documentação (IID) e por fim, em 1938, passou a se chamar Federação Internacional de Documentação (FID), mantida até hoje.

O IIB tinha a pretensão de desenvolver o Repertório Bibliográfico Universal, como já mencionamos. Mas a Classificação Decimal Universal (CDU) foi criada, a partir da CDD, para contemplar as necessidades de tratamento da informação

especializada e viabilizar a elaboração do repertório bibliográfico universal. Em 1924, o IIB foi reestruturado e seu foco passou a ser somente a CDU.

O período entre o final do século XIX até a segunda metade do século XX foi marcado por uma divisão de interesses entre bibliotecas públicas e processos documentários. É então que se produz o conceito moderno de biblioteca. Como nos mostra Pinheiro (2005, p. 16):

Biblioteca deve ser uma reunião considerável de livros sob certos princípios diretores, ordenados materialmente, catalogados segundo certo sistema, facilmente acessíveis e garantidos por sua integridade física.

Além de apresentar a definição do termo, a autora afirma que a biblioteca tem como missão ser uma instituição social que serve a propósitos sociais (educação, informação, política, economia, indústria, cultura e memória). Esse cunho social pode apresentar características diversas conforme o contexto histórico-político no qual as bibliotecas estão inseridas. Mas pode ser acrescentado que embora as bibliotecas tenham, no decorrer da história, apresentado formas e características diversas, foi enquanto instituições disciplinares que elas alcançaram o seu maior desenvolvimento, passando a regular o comportamento dos indivíduos e sua relação com o conhecimento de modo vertical, hierárquico, arborescente.

Um exemplo dessa lógica arborescente pode ser encontrado na prática da classificação. Apresenta-se abaixo uma das possíveis definições desta atividade. A classificação seria:

o processo mental de agrupamento de elementos portadores de características comuns e capazes de serem reconhecidos como uma entidade ou conceito. Ela constitui uma das fases fundamentais do pensar humano. (PIEADADE, 1983, p., 16).

Ao apresentar a classificação como uma das fases do pensamento humano, a autora torna este procedimento universal e neutro, como se a atividade hierárquica da classificação caracterizasse os modos de pensar de todos os homens em todas as épocas. O que se elude assim é a dimensão histórica do poder que se encontra embutida nesse procedimento, poder que se exerce através de uma norma disciplinadora que organiza as informações em séries dicotômicas distribuídas verticalmente, segundo a lógica arborescente.

A classificação bibliográfica usa como base os princípios de classificação que são as qualidades ou atributos, ou melhor, as características de um assunto. É a partir da lógica aristotélica¹² que são encontradas as contribuições para a formulação da Teoria da Classificação. No entanto, o modelo aristotélico pôde ser apropriado bastante bem pelos mecanismos de poder das sociedades modernas, na medida em que se adequava à hierarquização proposta pela disciplina.

Aristóteles dá sua primeira contribuição passível de apropriação disciplinar ao enfatizar a divisão dicotômica dos objetos em gênero e espécie. Ou seja, o que o filósofo faz é deixar clara uma hierarquização conceitual que divide o tema geral em espécies a partir da aplicação de uma característica classificatória. O princípio classificatório é imprescindível à existência dos gêneros e espécies. A segunda contribuição aristotélica para a Teoria da Classificação foi a elaboração dos cinco predicados, isto é, dos cinco tipos de relações existentes num arranjo lógico.

Os cinco predicados desenvolvidos por Aristóteles são: gênero, espécie, diferença, propriedade e acidente. O predicado gênero refere-se a classe, grupo de

seres ou objetos que possuem um determinado número de características comuns. A espécie está relacionada ao ser ou coisa que possui uma diferença distinta de gênero pelo acréscimo de uma diferença. A diferença define uma característica que serve para gerar uma espécie. Sendo assim, cada acréscimo de diferença gera uma nova espécie. Já a propriedade é algo próprio de cada elemento de uma classe, mas não é imprescindível à definição da classe. E o acidente é a qualidade não obrigatória a todos os elementos de uma classe, isto é, aquilo que pode ou não estar presente em um conceito.

Os predicados estão envolvidos na construção de uma estrutura de classificação. Existem, segundo Dodebei (2002), três princípios. O primeiro é o princípio da completude, que determina que “a divisão do conceito deve ser completa, adequada e ordenada por complexidade crescente, isto é, enumerar todas as espécies, de que gênero se compõe, do simples ao complexo ou do abstrato ao concreto”. (DODEBEI, 2002, p. 82).

O segundo princípio é o da irredutibilidade, segundo o qual:

A divisão deve garantir que a cada dedução conceitual os conteúdos irredutíveis entre si, isto é, não se deve enumerar mais do que os elementos verdadeiramente distintos entre si, de maneira que nenhum esteja compreendido no outro (DODEBEI, 2002, p.82).

O terceiro princípio é o mais importante, o da mútua exclusividade, que postula que “para cada derivação conceitual deve-se usar apenas uma característica do conceito” (DODEBEI, 2002, p. 83). Para que esses três princípios sejam respeitados é necessário que os livros ou materiais informacionais sejam divididos

¹² LANGRIDGE, Derek. **Classificação**: abordagem para estudantes de biblioteconomia. Tradução de Rosali P. Fernandez. Rio de Janeiro: Interciência, 1977. p. 24.

por assunto. Barbosa¹³ (1969) enfatiza que a característica escolhida deve ser consistente e exclusiva, para que não ocorra a classificação cruzada, isto é, o tipo de classificação na qual um assunto tanto pode estar numa classe com em outras. Langridge chama a atenção para a importância de se respeitar o princípio da exclusividade mútua em sistemas classificatórios:

Apenas um princípio de divisão deve ser usado de cada vez para produzir classes mutuamente exclusivas. Se elas se sobrepõem então é impossível se ter certeza a que classe um determinado objeto pertence. Esse erro é conhecido como classificação cruzada. (LANGRIDGE, 1977, p. 24).

Essas noções estão na base da definição de classificação como hierarquia (SHERA; EGAN, 1969, p. 55) e foram fundamentais na formulação dos primeiros sistemas de classificação bibliográfica, normalmente conhecidos como sistemas de classificação hierárquicos por organizarem os conceitos em estruturas de gênero-espécie, identificando características essenciais e acidentais. Nesses sistemas, a estrutura conceitual é obtida pela aplicação sucessiva de características de divisão. É exatamente com relação a este aspecto que o pensamento aristotélico pôde servir aos propósitos da disciplina.

Evidentemente, a existência de uma hierarquia é muito mais antiga do que as sociedades disciplinares, já que nas sociedades antigas o poder já estabelecia relações hierárquicas entre um chefe e seus súditos. Essa hierarquia, contudo, funcionava sob um modelo mais simples, como uma espécie de pirâmide dividida em dois ou três grandes blocos: o soberano, os nobres e/ou clero e o povo. O que a

¹³ Cf BARBOSA, Alice. **Teoria e prática dos sistemas de classificações bibliográfica**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969.

sociedade disciplinar inaugura é uma hierarquia mais complexa, funcionando sob uma lógica arborescente, que exige a distribuição de lugares a partir de sucessivas divisões. É neste ponto que as contribuições de Aristóteles puderam servir aos propósitos disciplinares, que delas teriam se apropriado para estabelecer uma hierarquização conceitual na qual a norma se sofisticava e se sobrepõe aos mecanismos de poder mais diretamente coercitivos. Todas as instâncias de controle disciplinar funcionam de um duplo modo, escreve Foucault: "o da divisão binária (...) e o da repartição diferencial" (FOUCAULT, 1987, p.176). De fato, as disciplinas seriam "técnicas para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas" (idem, p.191), e seria possível situar as informações e os saberes entre essas multiplicidades. O que Foucault nos diz é que a disciplina não faz funcionar as relações de poder acima da multiplicidade, impondo sobre elas uma regra soberana, mas, diversamente, "faz funcionar as relações de poder na própria trama da multiplicidade, da maneira mais discreta possível (...): atendem a isso instrumentos de poder anônimos e coextensivos à multiplicidade que regimentam, como a vigilância hierárquica, o registro contínuo e a **classificação** perpétuos" (idem, p.193, grifo meu). Assim, mesmo que a classificação possa ser considerada uma prática anterior ao mecanismo disciplinar – já que ela existia desde Aristóteles – é nas sociedades disciplinares que ela ganha toda a sua força, devido à sua possibilidade de normatizar discretamente as multiplicidades.

Entre os primeiros sistemas de classificação bibliográfica, os mais importantes são: os de Cutter, a Classificação Decimal Dewey (CDD), a Classificação Decimal Universal (CDU) e a classificação da *Library of Congress*. É a partir desses sistemas

que Ranganathan, considerado o pai da Biblioteconomia, idealiza um modelo classificatório por ele denominado *Colon Classification*, que será detalhado no próximo tópico.

4.3 UMA NOVA ABERTURA: A CLASSIFICAÇÃO FACETADA

Na primeira metade do século XX surgiu um outro tipo de classificação bibliográfica. A grande novidade é o desenvolvimento da Teoria da Classificação Facetada:

A Teoria da Classificação Facetada é desenvolvida por Shiyali Ramamrita Ranganathan na década de 30, a partir da *Colon Classification*, tabela de classificação elaborada para a organização do acervo da Biblioteca da Universidade de Madras, na Índia (...) Ranganathan foi aquele que conseguiu estabelecer princípios para uma nova teoria da classificação bibliográfica e o fez tendo como base o próprio conhecimento (CAMPOS, 2001, p. 26,28).

Sabe-se que a Teoria da Classificação Facetada foi uma grande inovação para a área de organização do conhecimento. Coincidindo com o período de desenvolvimento e modificação do capitalismo comercial para o capitalismo globalizado, essa classificação se estruturou a partir de novas influências, devendo destacar-se a horizontalidade. A teoria de Ranganathan propôs uma estrutura classificatória que, de certa forma, refletia mais a horizontalidade que caracterizava uma nova ordem sócio-política e uma nova ordem de pensamento, uma vez que ela é composta pela aplicação de uma estrutura multidimensional.

A Teoria da Classificação Facetada é dividida em enumerativa e analítico-sintética, respeitando sua forma de apresentação. O que Ranganathan propôs foi um

diferencial no sistema classificatório, ou seja, a utilização de uma estrutura dinâmica, multidimensional, com a introdução do termo *faceta* que se tornou, nos estudos mais modernos sobre teoria da classificação, o substituto de *característica*. (BARBOSA, 1969, p.16).

Ranganathan promoveu uma reflexão crítica sobre as categorias aristotélicas e as classificações bibliográficas criadas até então, e a partir disso desenvolveu suas obras – *Five laws of library science*, de 1931, e *Prolegomena to library classification*, de 1937. Ranganathan via que cada uma das categorias aristotélicas poderia servir como um princípio classificatório; porém nos sistemas utilizados até então, hierárquicos e monolíticos, apenas uma categoria podia ser utilizada por vez como característica de classificação. É, portanto, a dimensão dicotômica das divisões aristotélicas (*ou isso ou aquilo*) que esse pensador estaria criticando, começando a colocar em questão a lógica arborescente.

Ao mesmo tempo em que refletia sobre essa questão, Ranganathan percebeu, na época em que estudou na Inglaterra, que a CDD era largamente utilizada, porém freqüentemente adaptada e modificada. Assim, em 1931, começou a compor um novo sistema com uma estrutura mais elástica do que as já existentes, isto é, um sistema que permitisse a síntese, o agrupamento de vários componentes para o estabelecimento de um assunto. Para isso, adotou o uso de dois pontos como um símbolo para correlacionar idéias distintas. Sua classificação, a *Colon Classification* (a Classificação de Dois Pontos), foi publicada pela primeira vez em 1933.

O que importa aqui não é a *Colon*, mas sim o princípio que anima sua

construção: o conceito de “faceta”, definido como a “totalidade das subdivisões resultantes da aplicação de uma única característica” (PIEDADE, 1983, p.22). Assim, ainda que uma faceta possa estar subordinada hierarquicamente a uma classe maior, um mesmo documento pode possuir facetas distintas sem que estas se anulem. Ou seja, ao invés de uma lógica de mútua exclusividade – ou...ou –, teríamos uma lógica conectiva – e...e...

O raciocínio utilizado por Ranganathan permite a simultaneidade de critérios classificatórios sem que ocorra a classificação cruzada, pois o que muda é a estrutura do sistema, ou seja, o sistema passa a aceitar a convivência de subdivisões de naturezas diferentes dentro de cada assunto.

Cabe ressaltar que a quarta edição da *Colon Classification* apresentou pela primeira vez cinco características fundamentais, válidas para qualquer área do conhecimento. Essas características são conhecidas como PMEST:

Ranganathan, na sua *Colon Classification*, determinou apenas cinco facetas a que chamou de: P (personalidade); M (matéria); E (energia); S (espaço); T (tempo). Mais tarde, verificando que elas não eram suficientes para classificar os assuntos muito complexos, criou os ciclos (*rounds*) e níveis (*levels*). Isso significa que as facetas PME podem aparecer mais de uma vez em certos assuntos, desde que o primeiro ciclo tenha se completado, o que só é possível depois que a faceta energia aparece. (BARBOSA, 1972, p. 76).

A iniciativa de Ranganathan de desenvolver a classificação facetada pode ser pensada como uma contribuição importante e bastante inovadora. Criada em meados do século XX, momento que, em termos sociais e políticos poderia ser caracterizado como a passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, ela já estaria sofrendo a influência de um novo mecanismo de poder e de uma nova lógica, mais fluida e mais horizontal. Influenciada por uma nova lógica,

mas não determinada inteiramente por ela, a classificação facetada é capaz de questionar o aspecto monolítico da classificação exclusiva, porém ainda mantendo subdivisões forjadas a partir de um vocabulário previamente estabelecido pelo bibliotecário: desse modo, o que de fato caracteriza a ordem disciplinar não é questionado. Em outros termos: as classificações bibliográficas, exceto a *Colon*, permitiam a classificação de um documento a partir de características isoladas, o que ilustra mais claramente as influências dos aspectos disciplinares na constituição de um modelo de organização do conhecimento. A classificação facetada de Ranganathan permite que o processo classificatório seja mais amplo e a análise do documento possa ser feita a partir de diversos olhares; todavia, todos esses olhares são do bibliotecário, que continua estabelecendo os critérios e o vocabulário que podem constituir as diversas facetas. Nesse caso, ainda que a classificação facetada já aponte para uma possível horizontalidade e uma maior fluidez nas práticas biblioteconômicas, o fundamental da lógica disciplinar é por ela mantido: é como se houvesse uma multiplicidade de hierarquias, ao invés de apenas uma.

Nos anos seguintes, vários campos e setores de pesquisa estabeleceram diálogo ou se apropriaram dos princípios da Teoria da Classificação Facetada, tais como: a metodologia para a construção de tesouros facetados (AITCHISON; GILCHRIST, 1979) e a teoria do conceito (DAHLBERG, 1978).

Os sistemas facetados podem ser desenvolvidos para atender a diferentes finalidades. A mais comum é dirigida para a sua utilização em bibliotecas e outros sistemas de informação com o objetivo de organizar os documentos e propiciar formas dinâmicas e diferenciadas de acesso aos documentos. Além disso, os

sistemas facetados podem servir também ao mapeamento temático de campos científicos.

Fujita, autora que aborda as questões relativas à organização do conhecimento, enfatiza:

[...] a análise de facetas [...] possibilitou que os assuntos pudessem ser analisados de diferentes aspectos conforme o contexto ambiental ou temático, trazendo para a classificação e para Biblioteconomia uma condição teórica que exigiu um relacionamento com outras áreas do conhecimento envolvidas com o objetivo de organizar o conhecimento para o aprofundamento de seus aportes teórico-metodológicos. (FUJITA, 2001, p.31).

O estudo da análise de facetas foi igualmente importante para o estabelecimento de vocabulários controlados e para a elaboração de tesauros¹⁴. Para pensar o modo como eles se estabeleceram é importante destacar a indexação, atividade biblioteconômica que constitui verdadeiramente o escopo deste capítulo.

4.4 INDEXAÇÃO

A indexação será aqui apresentada como uma das atividades desenvolvidas pela biblioteca que pode servir à discussão sobre a possibilidade das práticas biblioteconômicas passarem de uma lógica disciplinar ou arborescente para uma lógica rizomática. Como já foi dito, não é possível abordar todas as práticas biblioteconômicas no espaço de uma dissertação. Nesse caso, a indexação servirá como um exemplo privilegiado dessas práticas e terá aqui uma utilização estratégica, levando-se em conta sua importância e seus novos desenvolvimentos frente às recentes iniciativas de descrição de assuntos na *internet*.

¹⁴ Os Tesauros surgiram da necessidade de manipulação de grande quantidade de documentos especializados, nos quais é preciso trabalhar com vocabulário mais específico e uma estrutura mais articulada e integrada. “[...] são linguagens dinâmicas que contêm termos relacionados semântica e logicamente, cobrindo de modo compreensivo um domínio do conhecimento”. (GOMES, 1990, p.16).

A indexação, segundo o documento do UNISIST¹⁵, é definida como a “operação de descrever e caracterizar um documento, com o auxílio da representação dos conceitos nele contidos”, isto é, a tradução dos conceitos para uma linguagem documentária depois de lê-los e identificá-los no documento através de uma análise. A NBR 12676¹⁶ apresenta a seguinte definição de indexação: “ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos para seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação”.

A indexação é vista como um processo de representação documentária bastante complexa, porque a atividade tem como objetivo elaborar índices que representem o conteúdo documental e que correspondam às necessidades de um sistema de informação. O objetivo da indexação por assunto é possibilitar a recuperação dos documentos de um acervo documentário e, assim, responder de forma adequada e eficaz aos pedidos e questões dos usuários, sem que haja ruídos¹⁷ ou silêncios¹⁸. Portanto, voltada para o estabelecimento de índices ou noções do conteúdo temático do documento, a indexação objetiva responder a indagações ou solicitações dos usuários.

O processo de indexação envolve duas etapas primordiais: a análise conceitual e a tradução. A primeira etapa, a análise conceitual, é também chamada de análise temática ou de conteúdo. Ela procura determinar o conteúdo informativo de um documento, o que implica inicialmente decidir do que trata um documento, isto é, decidir qual o seu assunto. Portanto, “significa nada mais do que a identificação dos tópicos estudados num documento”. (LANCASTER, 1993, p.11). A segunda etapa do processo de indexação envolve a conversão da análise conceitual do documento num conjunto de termos de indexação. Essa etapa consiste em expressar os conceitos identificados por termos de indexação.

Muitas vezes o indexador não encontra os termos nos vocabulários controlados e tesouros, tendo então que criá-los. O indexador tem como missão traduzir o conteúdo em termos documentários para que assim consiga alcançar uma padronização, o que é de extrema importância para a recuperação da informação.

¹⁵ UNISIST: Sistema Internacional de Informação para Ciência e Tecnologia, criado pela UNESCO em 1972.

¹⁶ NBR 12676: Métodos para análise de documentos - Determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação, Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

¹⁷ Ruídos: quando se recupera um documento não pertinente para a pesquisa.

¹⁸ Silêncios: quando o documento existe, mas não é recuperado.

A indexação trabalha com os conceitos expressos nos documentos de determinada área do conhecimento. Cabe ao indexador compreender o conceito e suas relações para que este conceito seja traduzido nos termos que constituem o vocabulário utilizado em indexação.

Segundo Guinchat e Menou (1994, p.133):

A linguagem documental é uma linguagem convencional utilizada por uma unidade de informação para descrever o conteúdo dos documentos, com o objetivo de armazená-los e recuperar as informações que eles contêm.

Qualquer que seja a linguagem utilizada, é imprescindível que se estabeleça uma relação entre a linguagem natural utilizada pelo usuário e a linguagem documentária adotada pelo sistema de recuperação da informação. Vários instrumentos criados para controlar os termos servem para estabelecer um vocabulário comum, visando facilitar o processo de comunicação entre o usuário e o sistema.

O vocabulário controlado pode ser definido como uma lista de palavras que indica a relação entre os conceitos autorizados e a linguagem natural encontrada no documento. Um exemplo do vocabulário controlado são os tesouros.

Os tesouros são um outro tipo de linguagem alfabética que apresenta em sua estrutura hierárquica três relações - de equivalência, associação e hierárquica. A palavra tesouro tem sua origem etimológica no latim *thesaurus*, que por sua vez teria se originado do grego *thesaurós*, tendo como significado tesouro ou armazém/repositório de palavras. Para Motta, autora que estuda questões da área de representação temática, o tesouro é definido como:

Um sistema de vocabulário baseado em conceitos, incluindo termos preferidos (descritores), termos não preferidos (não descritores) e suas inter-relações, que se aplica a um determinado ramo do conhecimento e que se destina a controlar a terminologia utilizada para a indexação/recuperação de documentos. (MOTTA, 1987, p.25).

O tesouro surgiu da necessidade de manipulação de grande quantidade de documentos especializados, nos quais é preciso trabalhar com vocabulário mais específico e uma estrutura mais articulada e integrada do que a que se apresenta nos cabeçalhos de assuntos. A maior sistematização para a recuperação parte da necessidade dos usuários de recuperar documentos de uma área específica.

O tesauro tem como função principal o controle terminológico do vocabulário utilizado em uma área específica do conhecimento, indicando as relações entre os conceitos a serem indexados. Ao longo dos anos, o tesauro avançou na estrutura e nas referências cruzadas, dando lugar às relações hierárquicas (verticais) e associativas (horizontais). As relações cruzadas são as relações existentes entre os termos que tornam o tesauro um instrumento com diversos usos, desde o auxílio na indexação até o auxílio na recuperação de documentos.

Segundo Gomes, é possível definir o tesauro como uma "... linguagem documentária dinâmica que contém termos relacionados semântica e logicamente, cobrindo de modo compreensivo um domínio do conhecimento" (GOMES, 1990, p.16). Assim, pode-se afirmar que a função do tesauro é representar os assuntos dos documentos e das solicitações de busca. É no momento da indexação que essa representação acontece; ela se torna possível a partir dos processos consecutivos de análise do documento, identificação de seu conteúdo e da tradução para os termos do tesauro. Porém esse processo sempre é feito de acordo com a política de indexação¹⁹ adotada. No processo de recuperação, a representação da solicitação se realiza no instante em que o usuário busca uma informação, momento em que o pedido é analisado, identificando-se seu conteúdo. Em seguida busca-se o termo do tesauro através do processo de tradução. A própria estrutura do tesauro, ou seja, os relacionamentos nele existentes possibilitam este processo de tradução.

A complexidade do processo de indexação cada vez mais se amplia, isto é, pode-se afirmar que os sistemas de recuperação da informação encontram-se conectados em rede e não mais atendem apenas a um público específico. A automação agilizou o acesso às informações, mas também se tornou um fator preocupante para o indexador, que necessita de maior controle sobre o vocabulário utilizado para realmente atender às necessidades de informações de um grupo heterogêneo de usuários.

Ao longo dos anos, diversas transformações sociais e científicas ocorreram permitindo os avanços tecnológicos, mais precisamente, avanços na área de automação. Esses avanços tecnológicos - o surgimento do ambiente em rede, a *Web* - permitiram criar uma estrutura de indexação a fim de responder aos anseios dos usuários de sistemas de recuperação da

informação, sistemas que até então consistiam nos catálogos de acesso público *on-line* (OPAC). Esses catálogos foram desenvolvidos e adotados nas bibliotecas no primeiro desenvolvimento da *Web*. Todavia, pode-se dizer que esses catálogos eram estáticos.

A partir dos anos 90, começaram a surgir novas práticas para reger as atividades de classificação e indexação de documentos, e elas puderam ser utilizadas por parte dos usuários da informação. Essas práticas novas diziam respeito à descrição de assuntos de forma mais livre e não muito estruturada como na indexação. Essa relativa “liberdade”, derivada de uma disposição mais flexível e menos estruturada, é justamente o que Deleuze caracterizou como próprio de uma lógica que não mais visa disciplinar pela hierarquia e pela individualização, mas controlar de modo rizomático. Por este motivo, Deleuze denomina o tipo de organização social regida por esta lógica de sociedade de controle, como já foi visto no segundo capítulo .

A sociedade de controle é regida por mecanismos de poder que se exercem de modo rizomático e horizontal, controlando os indivíduos e os saberes de uma forma ainda mais sutil do que aquela que produzia a estrutura arborescente e vertical da sociedade disciplinar. Enquanto a disciplina rege comportamentos moldando-os sob uma determinada forma, o controle gera movimentos e age por modulação – ao invés de basear-se num molde – o que permite um exercício de poder mais dinâmico, sutil e aparentemente mais livre.

Após o “caos documentário”²⁰ surge a *internet*, mecanismo que acompanha a mudança de eixo que rege os sistemas de organização e recuperação do conhecimento. O conhecimento, após o advento da *internet*, passou também a ser produzido e registrado em *sites* e *home pages*. Essa nova forma de disponibilização do conhecimento acarreta em novas práticas, nem sempre desenvolvidas por

¹⁹ Política de indexação é o conjunto de regras que definem como o processo de indexação deverá ser realizado.

²⁰ O termo “caos documentário” que “Bradford reconhece e descreve com tanta clareza, bem como as dificuldades evidentes na atribuição de responsabilidades às diferentes partes do processo de organização bibliográfica, resulta da falta de um conhecimento sistemático e preciso do campo, uma deficiência que somente um programa bem integrado de pesquisa pode retificar. (BRADFORD, S. C. **Documentação**. Rio de Janeiro: Fondo de Cultura, 1961, p.58).

bibliotecários. É justamente uma delas que se pretende destacar aqui, a fim de cotejá-la com a indexação – a folksonomia, tema que será desenvolvido no item 4.6.

A modificação do suporte de disponibilização da informação é decorrência de uma mudança de lógica sócio-política e de lógica de pensamento, posto que na sociedade disciplinar a grande novidade eram os livros como suporte documental, organizados em sistemas estáticos e hierarquizados, como é próprio da lógica arborescente. Na sociedade de controle, porém, o suporte documental passa a ser o ambiente virtual (*sites, home pages*), no qual os documentos são organizados de maneira mais dinâmica e fluida, própria da lógica da rede.

Essas modificações proporcionadas pela sociedade de controle também encontram-se presentes na própria *internet*, que passa de *Web* para *Web 2.0*. Esse processo e os conceitos a ele ligados serão apresentados no próximo tópico.

4.5 A WEB 2.0 E A BIBLIOTECA 2.0

O processo de indexação começou a ser pensado a partir do momento em que alguns bibliotecários descobriram novos conceitos que circulam no mundo digital, mais precisamente a partir da *Web 2.0*. Este novo nome atribuído à *internet* deve-se a Tim O'Reilly e Dale Dougherty, da *O'Reilly Media*. Esses autores cunharam o termo *Web 2.0* em 2004 e designaram este termo para descrever as tendências e os moldes de negócios que sobreviveram ao “crash” dos anos 90²¹.

O conceito *Web 2.0* já está sendo extremamente usado e interpretado por profissionais de todos os campos do conhecimento. É importante deixar claro que

²¹ Crash dos anos 90 foi “boom informacional” ocorrido devido ao advento da *internet*.

não se trata da *Web* convencional, ou mais especificamente, de publicações textuais. Trata-se de uma *Web* “multisensitiva”, uma *Web* centrada no usuário. Trata-se de um espaço mais interativo, voltado às questões tecnológicas e de multimídia centradas especialmente no usuário. Tim O’Reilly exemplifica algumas iniciativas como as páginas pessoais que hoje encontram-se em *blogs*, enciclopédias que estão em *wikipedias*, tutoriais baseados em texto que estão em “folksonomias” e desenvolvimentos de perguntas/respostas que se encontram em serviços de mensagens instantâneas, para fornecer suporte ao cliente²².

Atualmente, os profissionais de biblioteconomia ainda estão descobrindo essa nova possibilidade oferecida pela *Web*, mas ainda não têm noção do que isso possa representar para a área de documentação. A revolução da *Web* traz muitas implicações, ainda mais quando o pensamento tradicional – no que diz respeito ao processamento técnico feito por bibliotecários – não é compatível com um novo modo de pensar as tecnologias que a *Web 2.0* oferece aos serviços e coleções de bibliotecas.

Miller (2005, 2006) afirma que as tecnologias que a *Web 2.0* proporciona às bibliotecas tem sido enquadradas como “*biblioteca 2.0*”. De acordo com Miller (2005), a “*biblioteca 2.0*” é um termo cunhado por Michael Casey em seu *blog LibraryCrunch*. A biblioteca 2.0 pode ser definida a partir de distintas posições: Casey (2006) acredita que o usuário, a mudança constante e a evolução continuam sendo o centro da biblioteca 2.0; Chad (2005) enfatiza o uso das tecnologias próprias da *Web 2.0*. Numa mesma linha se situa Maness (2006) que a define como

²² C^f O’REILLY, Tim. **What is web 2.0?** [s.l.]: [s.n.], 2005. Disponível em:

aplicação de tecnologias interativas, participativas e multimídia aos serviços e coleções de bibliotecas baseados na *Web*. Paul Miller (2005) cria uma equação: “*Web 2.0 + biblioteca = Biblioteca 2.0*”. Assim, Miller (2005) define a biblioteca 2.0 como a aplicação das tecnologias e da filosofia da *Web 2.0* às coleções e serviços bibliotecários, tanto em meio virtual como real²³.

Pelas definições apresentadas acima, percebe-se que a biblioteca 2.0 é como um conjunto de tecnologias multimídias baseadas na *Web* e adotadas para os serviços ligados à coleção de uma biblioteca também baseada na *Web*. Definindo dessa forma a biblioteca 2.0, pode-se pensar que os serviços *Web* não correspondem aos serviços gerais de uma biblioteca, e isso evita a confusão entre os estudiosos; mais especificamente, os bibliotecários que devem pesquisar e teorizar esse novo conceito.

A partir de alguns aspectos pode-se traçar semelhanças e diferenças entre a biblioteca 2.0 e a biblioteca convencional. O primeiro aspecto a ser considerado refere-se ao público-alvo de ambas, já que elas são centradas no usuário. Mas é importante ressaltar que a biblioteca 2.0 dá muito mais ênfase aos usuários, uma vez que eles participam do processo de criação de conteúdos e serviços. Na biblioteca 2.0 as atividades do processo de criação de conteúdos e serviços são dinâmicos, e isso acarreta uma certa confusão no estabelecimento das funções do bibliotecário e do usuário. Ao passo que na biblioteca convencional isso não ocorre,

<<http://www.oreillynet.com/pub/a/oreilly/tim/news/2005/09/30/what-is-web2.0.html#mememap>>

Acesso em: 10 ago. 2007.

²³ Cf CHAD, Ken; MILLER, Paul. Do libraries matter?: the rise of library 2.0, **Talis**, 2005. Disponível em: <<http://www.talis.com/applications/downloads/white-papers/Dolibrariesmatter.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2007.

pois o bibliotecário é o único responsável pela criação de conteúdos e serviços.

O segundo aspecto está relacionado ao tipo de experiência que os indivíduos experimentam. A biblioteca 2.0 oferece coleções e serviços que permitem experiências multimídia. Essas experiências não são vividas na biblioteca convencional, pois tanto o usuário quanto o bibliotecário sempre terão nesta uma experiência que talvez pudéssemos nomear de material – entendendo-se por este termo tudo aquilo que é palpável, como por exemplo um livro.

O terceiro aspecto refere-se às possibilidades de sociabilidade na biblioteca 2.0, possibilidades maiores do que na biblioteca convencional, uma vez que aquela apresenta formas síncronas²⁴ e assíncronas²⁵ para que os usuários e bibliotecários possam comunicar-se entre si.

E o quarto e último aspecto é que a biblioteca 2.0 possui como base o serviço comunitário, ou seja, tanto a biblioteca pode modificar seus usuários quanto seus usuários podem interferir em sua formação. Isso não ocorre na biblioteca convencional, que se apresenta geralmente numa forma pronta, para servir à comunidade. Mesmo que haja iniciativas comunitárias, não é muito comum que a comunidade interfira nas funções da biblioteca.

Os serviços realizados na biblioteca 2.0 são feitos por bibliotecários 2.0, ou seja, o bibliotecário dá início à criação dos conteúdos. E a partir daí os usuários interagem e criam outros conteúdos. É essa atividade de criação de conteúdo que

MILLER, Paul. Web 2.0: building the new librar. **Ariadne**, n.45, 2005. Disponível em:<<http://www.ariadne.ac.uk/issue45/miller/#2>>. Acesso em 10 nov. 2007.

²⁴ Síncrono – cujo tempo de realização é determinado por um mecanismo de sincronismo - que se processa a uma taxa constante -, sem depender do término de um evento ou processo precedente.

nos interessa e sobre ela falaremos no próximo tópico, a fim de cotejar as práticas desenvolvidas na biblioteca 2.0 com uma das práticas biblioteconômicas, a indexação.

4.6 FOLKSONOMIA

Essa nova iniciativa denominada “folksonomia” é um neologismo criado em 2002 pelo arquiteto da informação Thomas Vander Wal, a partir do termo *folk*, que significa povo, com o termo *taxonomy*, cujo significado é classificação. Segundo Wal (2006 apud CATARINO, M. E.; BAPTISTA, A A, 2007, p.02), a Folksonomia é o resultado da atribuição livre e pessoal de etiquetas (*tagging*) a informações ou objetos (qualquer coisa com *URL*), visando à sua recuperação. A atribuição de etiquetas é feita num ambiente social (compartilhado e aberto a outros). A folksonomia é uma forma de classificar e organizar informações, usadas principalmente em projetos da *Web 2.0*.

Na folksonomia o usuário cria palavras-chave - o que é chamado de *tags* - para o conteúdo de um site, palavras-chave que são compartilhadas com todos os usuários formando o seu sistema de organização. As *tags* não são organizadas de forma hierárquica, associativa, a partir de sinônimos ou de termos relacionados; elas são independentes.

Quanto às vantagens da folksonomia pode-se destacar: o baixo custo, pois não são necessários profissionais especializados para categorizar o conteúdo; além disso, ela permite que os usuários organizem facilmente o conteúdo, pois eles não

²⁵ Assíncrono – que não ocorre, ou não se processa, em sincronia com algum evento ou

precisam aprender os vocabulários controlados; na verdade, são os próprios usuários que criam o vocabulário controlado; a folksonomia permite encontrar conteúdos inesperados graças às conexões criadas pelas *tags*. Mas a folksonomia também apresenta desvantagens, tais como: a criação de um sistema de organização cheio de inconsistências e ambigüidades; ela acarreta problemas de polissemia, sinonímia, inflexões e erros ortográficos. Além disso, é muito comum a existência de *tags* imprecisas ou irrelevantes.

Atualmente existem alternativas para minimizar os problemas. Uma delas é controlar o nível de liberdade do usuário ao criar *tags*. Esse controle do nível de liberdade do usuário é chamada de folksonomia controlada.

A folksonomia controlada pode ser implantada de diversas maneiras: pode-se apresentar ao usuário instruções para a escolha das *tags*, sugerir *tags* semelhante às utilizadas por outros usuários, apresentar sinônimos, aplicar corretores ortográficos, indicar a qual assunto a *tag* se refere ou sugerir ao usuário que estabeleça classificações através de *tags* pré-definidas. Um bom exemplo de folksonomia controlada é o site "*buzzillions, com*". Neste site é possível observar que uma boa parte dessas soluções já é aplicada.

A folksonomia é como uma etiquetagem de conteúdos, enquanto que a indexação representa conteúdos contidos nos documentos. A indexação analisa, traduz e gera descritores que proporcionam o controle e a maior precisão no momento de recuperação da informação. Atualmente, se discute se a folksonomia seria uma nova tendência para a indexação, mas acredita-se que a folksonomia e a

processo, ou segundo uma taxa constante em relação a determinada referência.

indexação possuem caminhos distintos, uma vez que a indexação é uma prática que pertence à biblioteca convencional e a folksonomia é uma prática que pode pertence à biblioteca 2.0. É importante não confundir esses dois ambientes: biblioteca convencional e biblioteca 2.0, pois elas funcionam a partir de processos distintos. A biblioteca convencional foi gerada a partir de processos formais desenvolvidos principalmente na lógica arborescente, enquanto que a biblioteca 2.0 já começou a se constituir no bojo da lógica da rede. A partir disso, é possível se cotejar as duas práticas - indexação e folksonomia, a fim de responder a questão que guia essa dissertação: como se situam as bibliotecas, instituídas a partir de uma lógica disciplinar, em relação à lógica que se implanta na sociedade de controle?

A indexação enquanto prática biblioteconômica é constituída a partir de regras formais que propiciam o controle e a disseminação da informação. Esse controle se faz a partir de descritores – linguagens documentárias - que ilustram os assuntos tratados nos documentos; ou seja, a indexação gera um conjunto de descritores que estarão disponíveis no momento da busca feita pelo usuário. Quando a busca é realizada, o usuário recupera esses descritores que dão acesso ao documento. Desse modo, a indexação proporciona a recuperação apenas dos documentos pertinentes ao seu interesse, e isso ocorre devido ao controle do vocabulário de determinada área. Esse controle de vocabulário é feito por bibliotecários, que geralmente se especializam em uma área do conhecimento, a fim de poderem desempenhar melhor o processo de análise e tradução da linguagem natural em documentária, como foi visto no item 4.4.

A folksonomia, em contrapartida, não é ainda uma prática biblioteconômica, e talvez jamais seja. Ela permite a descrição de assuntos, assim como a indexação, porém com um grande diferença: os descritores (*tags*) utilizados na folksonomia apresentam-se em linguagem natural. O responsável pela criação dos conteúdos é o próprio usuário. Além de serem feitas em linguagem natural, as folksonomias apresentam um propósito distinto da indexação: elas objetivam o compartilhamento das informações, pois é a partir desse compartilhamento que novos conhecimentos são produzidos.

Essas diferenças traçadas entre a indexação e a folksonomia poderiam ser resumidas do seguinte modo: trata-se de duas atividades de descrição de assuntos praticadas em ambientes distintos; elas não se constituem a partir de um mesmo modelo e, apesar de apresentarem objetivos comuns – atender às necessidades dos usuários - elas o fazem por meio de lógicas diversas.

Pode-se dizer que a indexação, por ser gerada a partir de regras formais, promove a institucionalização da informação para armazená-la em estoques estáticos, como as bibliotecas convencionais. Esse modo de realizar o controle é típico da sociedade disciplinar, que individualiza no tempo e no espaço. Assim, pode-se afirmar que a indexação, enquanto atividade biblioteconômica, é uma prática fortemente embasada nos cânones disciplinares e, fazendo parte de uma instituição-memória também de caráter disciplinar que é a biblioteca convencional. O que se procurava com a indexação era harmonizar os estoques de informação existentes e disponíveis, estabelecendo o que deveria ser conhecido ou não. Já a

folksonomia, atividade de descrição de conteúdos no ambiente *Web*, realiza um movimento contrário, desinstitucionalizando a informação para armazená-la em estoques que são móveis, como no caso da internet. Nota-se assim que a lógica pela qual a folksonomia funciona é outra, uma lógica regida pela fluidez, aquela que denominamos lógica da rede. Assim, a folksonomia é praticada na biblioteca 2.0 e pertence à *Web 2.0*, um ambiente multisensitivo centrado apenas no usuário que se formalizou na lógica da rede própria das sociedades de controle.

Talvez a indexação nunca chegue a atingir esse aspecto fluido da folksonomia. Para que isso ocorresse, seria preciso que os bibliotecários, além de redimensionar conceitos e práticas, repensassem seu próprio lugar e função enquanto profissionais. A folksonomia estaria colocando em questão o controle informacional que as bibliotecas convencionais praticam, além do próprio lugar do bibliotecário, pois é ele que, na indexação, seleciona o que deve ou não ser conhecido. Já o usuário que pratica a folksonomia pode escapar das classificações estabelecidas pelos bibliotecários, produzindo e gerindo informações - aparentemente com mais liberdade.

Não é à toa que foi dito “aparentemente”. Pois a própria folksonomia talvez não passe de um instrumento através do qual o poder controla os indivíduos. Certamente, um poder que se exerce de modo muito diverso da configuração disciplinar: um poder que cada vez mais se encontra disperso, ilocalizável e impessoal, mas nem por isso menos capaz de exercer um controle. Pelo contrário: é nos espaços mais abertos que o controle se sofisticava. Como já comentara Rogério

Costa: “Nenhuma forma de poder parece tão sofisticada quanto aquela que regula os elementos imateriais de uma sociedade: informação, conhecimento, comunicação” (COSTA, 2004b, p.163). Nesse sentido, a idéia de que a rede possibilita um espaço democratizado de acesso às informações, fornecendo ao usuário maior liberdade seria ingênua.

Uma das formas pelas quais o controle se exerce na rede é pela apropriação das informações geradas pelos usuários. Com esse intuito se desenvolvem estratégias de rastreamento de padrões de comportamento. É verdade que os usuários possuem, a partir da rede, maior autonomia, na medida em que participam da produção e da gestão das informações. Todavia, é justamente a partir das informações que eles produzem que podem ser construídos padrões de interesses, delineando perfis dos usuários que consomem determinados produtos, a fim de criar um imenso banco de dados a serviço do mercado. Assim, é a partir de uma “democratização da informação” que o poder age na lógica da rede, uma vez que a rede é, antes de tudo, fruto do desejo de uma totalidade social que quer compor canais de comunicação, e na qual o controle não se exerce apenas em um *zapping*, mas sim na própria produção de informação.

Este trabalho enfatizou a biblioteca como uma instituição de caráter disciplinar que serve a propósitos sociais e políticos. Procurou-se mostrar como ela, ao longo dos anos, desenvolveu atividades que regiam a organização e o controle da informação – bibliografias, catalogação, classificação, e em especial, a indexação. Essas atividades, ou melhor, essas práticas biblioteconômicas, são embasadas

fortemente por uma estrutura disciplinar, desenvolvendo-se de maneira arborescente e verticalizada. A questão que se pretendeu enfatizar foi: seria a indexação uma atividade biblioteconômica que se manteria como uma prática hierárquica, própria da lógica arborescente da sociedade disciplinar? Ou poderia ela se modificar, inspirada nas novas práticas de descrição de assuntos que estão sendo praticadas na internet – como a folksonomia? Essa resposta não é simples, e talvez não seja possível, de fato, fornecê-la neste espaço. O que se buscou fazer aqui foi chamar a atenção para os interesses sócio-políticos que interferem no processo de organização e controle do conhecimento, apresentando questionamentos que possam inspirar outras pesquisas. Pesquisas estas que são de total interesse dos bibliotecários, uma vez que são eles os profissionais responsáveis pela disseminação do conhecimento.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo investigar os modos pelos quais as

bibliotecas tem se situado diante de uma nova lógica - a lógica da rede. Como poderiam funcionar as práticas biblioteconômicas, destinadas à organização e ao armazenamento das informações, em ambientes de rede onde sua oferta se multiplica e onde elas circulam de maneira mais fluida e mais horizontal?

Para pensar esta questão é preciso estar atento aos valores atribuídos à idéia de “informação”. Desde a Antiguidade, a informação é tida como um bem, como uma mercadoria. E por ter um valor de mercadoria a informação funciona como um instrumento político que move as sociedades. A importância da informação encontra-se nos processos de centralização, organização e disseminação do conhecimento, que é imprescindível tanto aos indivíduos quanto ao mercado.

A questão da centralização, do armazenamento e da organização do conhecimento sempre esteve atrelada às características sociais, políticas e econômicas das sociedades. Neste trabalho optou-se por analisar duas configurações sócio-políticas: a sociedade disciplinar, teorizada pelo filósofo francês Michel Foucault, e a sociedade de controle, analisada por Gilles Deleuze.

Cabe ressaltar que ao longo dos anos as bibliotecas sempre tiveram aspirações universais, posto que sua função maior é organizar o conhecimento produzido e registrado. Mas, por que as bibliotecas pretenderiam controlar a organização do conhecimento? Talvez porque a informação que gera o conhecimento seja uma mercadoria e um instrumento político, como já foi dito. Seria suficiente aqui se propor um encadeamento lógico: a informação gera conhecimento; o conhecimento gera o produto, que sua por vez gera o lucro; e o lucro é a “mola-mestra” do sistema econômico capitalista. Pode-se dizer que esse encadeamento é

próprio da sociedade disciplinar.

Em suas análises relativas ao poder, Foucault enfatiza que o poder não possui uma natureza nem uma essência definidas por características. O filósofo considera o poder como um conjunto de práticas sociais, constituídas historicamente, que se encontram associadas a determinados procedimentos e técnicas que configuram modos de relação. O poder é, portanto, relacional. Quando Foucault afirma que o poder se encontra disperso pelo tecido social, ou melhor, diluído entre pontos da estrutura social, o filósofo nos faz pensar que estamos a todo instante rodeados de práticas, técnicas e mecanismos próprios do poder. Um desses mecanismos é a disciplina, que se exerce sobre os indivíduos de maneira não-repressiva, buscando docilizá-los e normatizá-los a fim de que eles possam alcançar ao máximo o desenvolvimento de suas potencialidades e de sua utilidade econômica.

Para Foucault, o poder disciplinar funciona através de “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade²⁶”. Entre as características do poder disciplinar, Foucault destaca: um tipo de organização no tempo e no espaço, a vigilância como principal instrumento de controle, o registro contínuo do conhecimento e a classificação. Essas características se tornaram próprias das instituições disciplinares, entre as quais, como se pretendeu mostrar nessa dissertação, encontra-se a biblioteca.

Foi visto também que o processo de organização do conhecimento não se

manteve à margem das características disciplinares. Pode-se dizer que o conhecimento, na sociedade disciplinar, encontrava-se atrelado a práticas de institucionalização da informação, práticas determinadas por uma organização metódica que submetia a informação a processos formais, como as práticas biblioteconômicas – classificação, catalogação e indexação, entre outras – essenciais ao armazenamento da informação. Na lógica disciplinar a informação se mantinha em estoques estáticos nas bibliotecas, bancos de dados e museus. Em outros termos, a informação estava confinada, retida numa estrutura estática e disciplinar que, a partir de determinadas regras, estabelecia quem tinha ou não acesso às informações.

O controle disciplinar foi predominante até a segunda metade do século XX; a partir daí uma série de transformações sociais, políticas e econômicas propiciou o desenvolvimento do capitalismo globalizado. Com o desmoronamento das fronteiras políticas e dos muros que delimitavam as instituições disciplinares, o capitalismo se expande nos moldes dos antigos Impérios, produzindo uma sociedade mundial regida pelo lucro. Essa nova configuração sócio-política, posterior à segunda metade do século XX, foi identificada por Foucault como sociedade de regulamentação, sendo mais tarde denominada por Gilles Deleuze como sociedade de controle.

A sociedade de controle é marcada pela diluição das estruturas hierárquicas, verticais e arborescentes e pela ênfase na expansão horizontal – como a do próprio capitalismo globalizado. Com as instituições sociais desmoronando ou entrando em crise, a lógica disciplinar se torna cada vez mais ineficaz. Os moldes binários que

²⁶ Cf. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 30. ed. Tradução

constituíam a sociedade disciplinar são então substituídos pela fluidez das relações em todos os níveis.

A grande questão que rege a passagem da sociedade disciplinar para a de controle é a maneira pela qual se exercem os mecanismos de poder: se antes o poder já era disperso e capilar, agora ele se torna cada vez mais ilocalizável, horizontal e impessoal. Esse espraiamento produz, paradoxalmente, a intensificação do controle; daí a associação que pode ser feita entre a sociedade de controle e a lógica da rede.

As grandes transformações sociais, políticas e econômicas juntamente com os avanços tecnológicos permitiram uma mudança no eixo de pensamento acerca da organização e do acesso à informação. Instala-se um processo de comunicação que pretende atingir cada vez mais pessoas por meio de uma rede de relações horizontais, própria dos sistemas capitalistas globalizados e da lógica da rede que rege a sociedade de controle. A partir desta nova lógica, como seria possível se pensar a questão da organização e do controle da informação nas bibliotecas? Seria possível tornar fluida e livre uma informação sem que ela fosse mediada por instituições de caráter disciplinar?

Ora, as bibliotecas modernas utilizam aparatos institucionais que representam a informações, a fim de ordená-las. Para bibliotecários e documentalistas, a informação é uma técnica de ordenamento da realidade social. Para que possa haver a recuperação dos documentos foram criados e desenvolvidos instrumentos para representá-los, ou seja, os profissionais tiveram

que desenvolver um conjunto de informações formais sobre as informações dispersas. Esse trabalho feito por bibliotecários e documentalistas promoveu o crescente estoque de informações em sistemas estáticos. Todavia, os avanços tecnológicos que permitem ampliar horizontalmente o escopo da organização e do acesso à informação só puderam se intensificar devido a *internet*, que funciona como um sistema dinâmico no qual as informações podem ser estocadas de forma leve e fluida. Poderiam as práticas biblioteconômicas, baseadas em sistemas estáticos, encontrar modos fluidos de estocar as informações?

A fim de verificar essa possibilidade, procurou-se neste trabalho analisar uma prática biblioteconômica: a indexação. A tentativa foi a de verificar em que medida ela se manteria como uma prática institucional, hierárquica e vertical, funcionando a partir dos sistemas estáticos da lógica arborescente, ou, diversamente, em que medida a indexação poderia apresentar-se como uma prática fluida, rizomática e horizontal, associada aos sistemas dinâmicos da lógica da rede. Procurando analisar mais concretamente esta última possibilidade, procurou-se cotejar a indexação, prática biblioteconômica que serve ao controle informacional, com a folksonomia, prática com intuito semelhante que se exerce na *Web*.

A análise apresentada no quarto capítulo dessa dissertação mostrou a dificuldade dessa última alternativa. Na condição de uma prática biblioteconômica que serve para controlar a informação, a indexação tende a se apresentar como uma atividade estática, arborescente, hierárquica e vertical. Ela possibilita o controle informacional a partir do processo de análise e tradução dos conceitos contidos em

um documento em linguagens documentárias, ou seja, a tradução dos conceitos em termos descritores que fazem parte de um vocabulário controlado. Desse modo, pode se pensar que o ato de indexar é em si disciplinador, pois ele é realizado a partir de técnicas formais, estabelecidas a priori.

A folksonomia pode ser encarada como uma prática social que serve também ao controle informacional. Essa prática tende a apresentar um funcionamento mais fluido, mais horizontal e rizomático, ainda que seja também em parte uma atividade disciplinadora, na medida em que estabelece categorias para organizar e estocar a informação. Porém uma diferença fundamental entre as duas práticas, a indexação e a folksonomia, estaria no poder e na autonomia que cada uma delas confere ao usuário.

A folksonomia permite que qualquer usuário possa atribuir assuntos a um documento, sem qualquer controle prévio de vocabulário. Desse modo, ela se constitui como uma prática socializada entre os indivíduos que utilizam a *internet*. A folksonomia estaria expressando um novo modo de se relacionar com a informação e com os estoques de informação: ela permite a multiplicação de estoques de informação a fim de socializá-los. Enquanto a lógica disciplinar propiciava apenas a institucionalização da informação segundo técnicas estabelecidas a priori para formar estoques de informação estáticos, na lógica da rede o indivíduo passa a ter maior importância no ato de organizar e estocar a informação, tornando-se membro de uma comunidade que organiza e armazena tudo, para que todos possam acessar.

Segundo a lógica disciplinar, uma biblioteca é capaz de aumentar a

quantidade de seu acervo, mesmo que não haja um crescimento no número de usuários. É nesse sentido que se pode falar em estoques de informação estático. Para que os sistemas estáticos funcionem é preciso que aquele que estoca não seja necessariamente aquele que utiliza a informação, estabelecendo-se entre o bibliotecário e o usuário uma relação vertical. Mas na lógica da rede o procedimento de organizar e estocar as informações é dinâmico e socializado: quem a estoca é quem a usa, e vice-versa. Nesse caso, a própria relação entre oferta e demanda, base da economia capitalista, passa a se colocar em outros moldes.

Quando a economia é definida por uma hierarquia, por uma verticalidade, a oferta cria a demanda. Os produtores determinam o que vai ser consumido, assim como os organizadores do conhecimento estabelecem o que vai ser conhecido. Na *Web*, ambiente em rede, esta relação se inverte: a demanda é que cria a oferta. Há uma abertura ao usuário para que ele possa inserir, modificar e disponibilizar uma informação com o intuito de receber outra. Quanto maior for a disponibilização da informação, maior será a possibilidade de compartilhamento, apropriação, e isso traz lucro ao mercado de informação. A informação é sempre multiplicada quando é consumida, gerando assim mais informação. Torna-se essencial na rede a relação de transferência de conhecimento, pois é por meio dela que o mercado de informação se move. Todavia, ainda que as relações horizontais sejam predominantes na rede, elas ainda se encontram a serviço de um mercado e, neste caso, uma aparente democratização funciona, na verdade, como uma sofisticação de instrumentos de busca do lucro. Talvez se possa pensar que a mudança de uma lógica disciplinar para uma lógica da rede não represente de fato um ganho de

liberdade, mas a passagem de um panóptico arborescente para um panóptico em rede, onde a informação passa por um processo de multiplicação constante.

Isso torna mais complexa a questão que guiou esta pesquisa. De fato, ela não chegou a ser respondida. Mas talvez não seja possível, ao menos em um trabalho de dissertação, fornecer uma resposta conclusiva a este problema. O que se tentou fazer é tangenciar algumas questões que possam levar os bibliotecários a refletirem sobre as técnicas desenvolvidas por eles diante da nova lógica que se estabeleceu nas sociedades contemporâneas. Cabe aos bibliotecários pensar quais os rumos que a Biblioteconomia, enquanto ciência da informação e da memória deve tomar frente às características, regras e dinâmicas que regem a sociedade de controle. E se a memória é entendida como modos de viver e de construir a própria vida, é importante que os bibliotecários percebam que, ao refletirem sobre os rumos da Biblioteconomia, estão decidindo qual a vida que desejam construir para si, no presente, e para aqueles que no futuro lhes seguirão.

Uma possibilidade que talvez valha à pena explorar em estudos futuros seja a memória do ciberespaço, relativa aos estoques de informação gerados e mantidos pela internet. Possibilidade essa que poderia ser investigada numa dupla via: como instrumento de poder – através das estratégias de rastreamento automático do perfil do usuário, por exemplo - e como resistência ao poder. É fato que as bibliotecas sempre exerceram o poder de selecionar informações, e os sistemas de classificação são o instrumento desse poder. Mas não haveria, na lógica da rede, a possibilidade de um certo escape do poder, até mesmo pelo excesso de informação que é mantida na memória do ciberespaço? A multiplicação das informações, a

destituição da autoria e a reformatação contínua dos conteúdos podem indicar, na rede, brechas que escapam ao mecanismo de controle, justamente pelo fato de que estamos repletos de informações e de que sua obsolência é constante. Assim, a pergunta que não foi aqui respondida pode servir como provocação para investigações futuras sobre os mecanismos de poder e as bibliotecas enquanto organizadoras do conhecimento.

REFERÊNCIAS

AITCHISON, J.; GILCHRIST, A . **Manual ara construção de tesauros**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilat, 1979.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6033**: ordem alfabética. Rio de Janeiro, 1989.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 12676**: métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

BARBOSA, Alice Príncipe. Classificações facetadas. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.73-81, 1972.

_____. **Teoria e prática dos sistemas de classificações bibliográficas**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969.

BATTLES, Mathew. **A conturbada história das bibliotecas**. Tradução João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2003.

BRADFORD, S. C. **Documentação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. (Biblioteca Fundo Universal de Cultura: Estante de Documentação).

CAMPOS, Austério. O nascer de uma utopia ainda e sempre o problema da classificação bibliográfica. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, n.1, p. 15-19, já./jul. 1973.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói, RJ: EDUFF,2001.

CASEY, Michel E.; SAVASTINUK, Laura C. Library 2.0. **Library Journal**, [s.l.], v.131, n.14, p.40-42. 1st 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v.1.

_____. Internet e sociedade em rede. In: MORAIS, Denis (Org.). Por uma outra comunicação: mídia, mundialização, cultura e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CHAD, Ken; MILLER, Paul. Do libraries matter?: the rise of library 2.0., 2006. Disponível em: <http://www.talis.com/downloads/white_papers/dolibrariesmatter.Pdf>. Acesso em: 14 nov. 2006.

COSTA, Ana Maria Nicolaci. A passagem interna da sociedade moderna à pós-moderna. **Psicologia, ciência e profissão**, Brasília, v.24, n.1, p.82-93, 2004.

COSTA, Rogério da. Sociedade de controle. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: PUC-SP, p.161-167, 2004.

DALHERG, Ingrenut. Teoria do conceito, **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 101-107, 1978.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Rizoma. In:____. **Mil platôs: capitalismo e**

esquizofrenia. Tradução Aurélio Guerra Neto, Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. p. 11-38.

_____. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In:____. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. p.219-226.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesauro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUSS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.231-249.

_____. O poder e a norma. In:____. **Psicanálise, poder e desejo**. Rio de Janeiro: Chaim Samuel Katz, 1979. p.46-52. (Coleção IBRAPSI,I).

_____. **Resumos dos cursos do collège de france**: 1970-1982. Tradução Andra Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997b.

_____. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 30. ed. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Estratégia, poder-saber**. Org. Manuel Barros da Motta. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Ditos e escritos, IV).

_____. Aula de 14 de janeiro de 1976. In.:____. **Em defesa da sociedade**: curso do collège. Tradução Maria Ermantina. São Paulo: Martins fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

_____. Aula de 17 de março de 1976. In.:____. **Em defesa da sociedade**: cursos do collège. Tradução Maria Ermantina. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

_____. Soberania e disciplina. In:____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979a. p. 179-191. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciência, v.7).

FUJITA, M.S.L. Organização do conhecimento: algumas considerações para o tratamento temático da informação. In: CARRARA, Kester (Org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília, SP: UNESP, 2001. p. 29-34.

GOMES, Hagar Espanha. **Manual de elaboração de tesouros monolíngues**. Brasília: Programa Nacional de Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior,

1990.

GONDAR, Jo. Memória, poder e resistência. In:____. **Memória e espaço**: trilhas do contemporâneo. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 32-43.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 7. ed. rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GUINCHAT, Claire; MENOUE, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e da documentação**. Brasília: MCT/CNPQ: Ibict, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. A sociedade mundial de controle. in.:____. **Gilles Deleuze**: uma vida filosófica. São Paulo: Ed. 34, 2000.

HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória. Tradução Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LANCASTER, F. W. Indexação e resumos: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1993.

LANGRIDGE, Derek. **Classificação**: abordagem para estudantes de biblioteconomia. Tradução Rosali P. Fernandez. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

MANESS, Jack M. Library 2.0 theory: web 2.0 and its implication for libraries. Webology, v.3, n.2, jun. 2006. Disponível: <<http://www.weblog.ir/2006/v3n2/a25.html>>. Acesso em: 14 nov. 2006.

MILLER, Paul. Web 2.0: building a new library. Ariadne, n.45, out./2005. Disponível em: <<http://www.ariadne.ac.uk/issue45/miller>>. Acesso em: 14 nov. 2006.

MOTTA, Dilza Fonseca da. **Método relacional como nova abordagem para a construção de tesouros**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1987.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo: **Projeto História** – Revista do Programa de Estudos de Pós-graduados em História do Departamento de História, n.10, 1993.

O'REILLY, Tim. What is web 2.0?, 2005. Disponível em: <<http://www.oreilly.com/tim/news/2005/09/30what-is-web2.0.html#mememap>>. Acesso em: 10 ago. 2007.

PIEIDADE, Maria Antonieta Requião. **Introdução à teoria da classificação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

PINHEIRO, Ana Virginia. **Produção do registro do conhecimento I**: planos de aula. Rio de Janeiro: [s.n.], 2002.

_____. **Produção do registro do conhecimento II**: planos de aula. Rio de Janeiro: [s.n.], 2002.

_____. **Organização e administração de bibliotecas**: planos de aula. Rio de Janeiro: [s.n.], 2005.

SHERA, Jessé; EGAN, Margaret E. Exame do estado atual da biblioteconomia e documentação. In: BRADFORD, S. C. **Documentação**. Rio de Janeiro; Fundo de Cultura, 1961. (Biblioteca Fundo Universal de Cultura: Estante de Documentação).

UNISIST. Princípios de indexação. Tradução Maria Cristina Mello Ferreira Pinto. **R. Esc. Bibliotecon.** UFMG, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.83-94, mar-1981.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARAÚJO, Marcos Guilherme Belchior de. Sociedade de controle e capitalismo rizomático. In: _____. **Revista O Critério**. n.06, mar-jun/2006. Disponível em: <<http://www.revista.criterio.nom.br/index.htm>>. Acesso em: 01 nov. 2006.

BORGES, Jorge Luis. A biblioteca de babel. In: _____. **Obras completas**. São Paulo: Globo, 1998. v.1, p.516-523.

CAMPELLO, Bernadete Santos; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. **Introdução ao controle bibliográfico**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1997.

GOLDMAN, Marcio. **Poder e resistência**: um ensaio sobre a dimensão conceitual do império. [s.l.]: Scielo. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/mana/v9n2/17936.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2005.

GONDAR, Jo. **Quatro proposições sobre memória social**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006.

_____. O esquecimento como crise social. In: _____. **Memória oscial e documento**: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1997. p. 53-62.

HARDT, Michel. O império contra-ataca. Rio Grande do Sul: Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul, 2001. Disponível em: <<http://www.sinpro-rs.org.br/extra/set01/entrevista.asp>>. Acesso em: 15 dez. 2005.

JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: _____. **O poder das bibliotecas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000. p.45-73.

JEANNENEY, Jean-Noel. **Quando o google desafia a europa**: em defesa de uma reação. Tradução Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006.

KOHAN, Walter Omar. Entre Deleuze e a educação. Rio de Janeiro: [s.l.], 2005.

LÉVY, Pierre. A emergência do cyberspace e as mutações culturais, 1998. Disponível em: <<http://www.empresa.portoweb.com.br/pierrelevy/real/pierremix94.ram>>. Acesso em: 17 dez. 2005.

LOPES, Andréa C. K. **Da possibilidade de exercício da memória criativa: internet, blogs e bloggers**. 2005. 135 f. Dissertação / mestrado em Memória Social e Documento. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MACHADO, Arlindo. Máquinas de vigiar. In: _____. Máquina e imaginário. São Paulo: Edusp, 1996. p. 219-234.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. 4. ed. Tradução Nicolas Nyimi Campário. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

POMIAN, Krzystof. Memória. In: _____. GIL, Fernando. **Sistemática**. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2000. p. 507-516. (Enciclopédia Einaudi).

PRADO, Heloísa de Almeida. **Organização e administração de bibliotecas**. 2. ed. rev. São Paulo: T. A Queiroz, 2003.

SANTOS, Tarcyane Cajueiro. O ciberespaço: dimensão antropológica das sociedades de controle. **Revista CiberSociedad**, n.6, 2006. Disponível em: <<http://cibersociedad.net>> Acesso em: 27 dez. 2005.

SILVA, Rosane Neves da. A obra deleuziana: políticas de subjetivação. **Revista do Departamento de Psicologia da UFF**, Niterói: UFF, n. 161, jan-jun./2004. Disponível em: <<http://uff.br/ichf/publicacoes/revista-psi-artigos/2004-1-cap4.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ZAID, Gabriel. **Livros demais**: sobre ler, escrever e publicar. Tradução Felipe Lindoso. São Paulo: Summus, 2004.

ZOUABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

WANDELLI, Raque. Entre pergaminhos humanos e bits eletrônicos: o livro na era do computador. Disponível em: <<http://www.escriitoriodolivro.org.br/leitura/Raque.htm>> Acesso em: 01 out. 2005.

